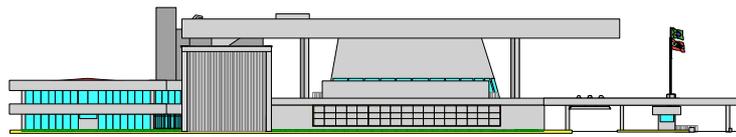


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIII

FLORIANÓPOLIS, 26 DE OUTUBRO DE 2004

NÚMERO 5.336

15ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Volnei Morastoni
PRESIDENTE
Onofre Santo Agostini
1º VICE-PRESIDENTE
Nilson Gonçalves de Souza
2º VICE-PRESIDENTE
Romildo Titon
1º SECRETÁRIO
Altair Guidi
2º SECRETÁRIO
Francisco de Assis
3º SECRETÁRIO
Genésio Goulart
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: César Cim

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Julio Garcia – Presidente
Hemeus de Nadal – Vice Presidente
Celestino Secco
Odete de Jesus
Dionei Walter da Silva
Joares Ponticelli
Pedro Baldissera
João Henrique Blasi
Jorginho Mello
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori – Presidente
Wilson Vieira – Dentinho – Vice Presidente
Julio Garcia
Antônio Carlos Vieira
José Paulo Serafim
Manoel Mota
Djalma Berger
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Dionei Walter da Silva – Presidente
Joares Ponticelli
Antônio Carlos Vieira
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Rogério Mendonça
Jorginho Mello
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Mauro Mariani – Presidente
Valmir Comin – Vice Presidente
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva
Nelson Goetten de Lima
César Cim
Francisco Küster
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Rogério Mendonça – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
Afrânio Boppré
Paulo Eccel
Francisco Küster
Narcizo Parisotto
Antônio Ceron
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

João Paulo Kleinübing – Presidente
Afrânio Boppré – Vice Presidente
César Cim
Reno Caramori
Antônio Carlos Vieira
Wilson Vieira – Dentinho
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Djalma Berger
Quartas-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

João Rodrigues – Presidente
Wilson Vieira – Dentinho – Vice Presidente
Jorginho Mello
César Cim
João Henrique Blasi
José Paulo Serafim
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
MINAS E ENERGIA**

Afrânio Boppré – Presidente
Valmir Comin – Vice Presidente
Mauro Mariani
Paulo Eccel
Hemeus de Nadal
Clésio Salvaro
João Paulo Kleinübing
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Djalma Berger – Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Antônio Ceron
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto
Wilson Vieira – Dentinho
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Clésio Salvaro – Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Reno Caramori
João Paulo Kleinübing
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim
Simone Schramm
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Odete de Jesus – Presidente
Dionei Walter da Silva – Vice Presidente
Mauro Mariani
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Nelson Goetten de Lima
Clésio Salvaro
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Paulo Eccel – Presidente
Djalma Berger – Vice Presidente
Lício Mauro da Silveira
Pedro Baldissera
João Rodrigues
Simone Schramm
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Celestino Secco – Presidente
Rogério Mendonça – Vice Presidente
Cesar Souza
Odete de Jesus
José Paulo Serafim
Ana Paula Lima
Francisco Küster
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Joares Ponticelli – Presidente
Rogério Mendonça – Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Cesar Souza
Hemeus de Nadal
Jorginho Mello
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Maria Salete de Bem
Urban

**Divisão de Divulgação e
Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1572
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 077ª Sessão Ordinária da
2ª Sessão Legislativa da 15ª
realizada em 21/10/2004 2

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes 16
Medida Provisória 16
Mensagem Governamental
..... 17
Ofício 17
Projetos de Lei 17

PLENÁRIO

ATA DA 077ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2004 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - César Cim - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Francisco Küster - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Júlio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Simone Schramm - Volnei Morastoni - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário *ad hoc*, Deputado Dionei Walter da Silva, que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Sr. Presidente, pela ordem, para retificação de ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, para uma retificação de ata, o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, com relação à ata da 76ª Sessão Ordinária, do dia de ontem, eu gostaria de que fosse feita uma alteração ou um complemento.

Parece-me que ontem, no horário reservado à Explicação Pessoal, quando assomei à tribuna, eu não toquei simplesmente na publicidade do Governo; eu falei na publicidade do Governo numa resposta ao Deputado Herneus de Nadal. O que eu coloquei foi uma denúncia contra o Governo do Estado, pela edição do Decreto nº 2.514, que busca burlar a Constituição, as leis complementares e as leis normais que regem a matéria tributária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Vai ser retificado, Sr. Deputado!

Aprovadas as atas com a retificação.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, Deputada Odete de Jesus, por até 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e telespectadores da TVAL, o que me traz à tribuna hoje é a minha indignação quanto ao abuso ao consumidor. A bandeira que esta Deputada tem defendido é a Lei do Inquilinato, como já se manifestou em outras ocasiões. Mas hoje gostaria de falar sobre mais um abuso ao consumidor.

Na última quinta-feira, foi anunciado pela Petrobras o aumento nos preços da gasolina e do óleo diesel - uma deixa para os revendedores remarcarem os preços acima do esperado pelo mercado e pela estatal. O reajuste pode ter um impacto violento na inflação do País. Nas refinarias, a gasolina subiu 2,4% e o diesel 4,8%.

Cada vez que aumenta o preço dos combustíveis, o reflexo é imediato na economia, mas o principal prejudicado é o consumidor. O aumento eleva o custo dos fretes, das tarifas de transportes coletivos e o cidadão que adquiriu seu carro com dificuldade será obrigado a vendê-lo ou a deixá-lo na garagem, pois já não vai dar conta de encher o tanque.

Tudo aumenta em função da alta nos combustíveis: a cesta básica, o gás de cozinha. E quem é que paga o pato de novo, quem é? São os assalariados! É claro que são os mal remunerados, como os professores, os funcionários públicos!

(Continua lendo)

"Tudo aumenta em função da alta dos combustíveis: a cesta básica, o gás de cozinha. E o brasileiro assalariado, que não vê perspectivas de aumento salarial, mais uma vez paga o pato!

Se não bastasse o transtorno que trazem à população os aumentos abusivos dos combustíveis, o consumidor ainda terá que conviver com esse abuso por parte dos postos de gasolina, que, amparados na crise internacional do petróleo, seguem lesando o trabalhador e o consumidor brasileiro.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, os estudiosos da economia brasileira, nem um pouco otimistas, avisam que a situação tende a piorar, pois vários fatores vêm contribuindo para essa previsão.

Enquanto a crise é anunciada, sentimos no bolso o reflexo do desrespeito pelo consumidor e somos obrigados a engolir a remarcação escandalosa dos preços nos postos de gasolina.

Até quando, Srs. Deputados, o cidadão brasileiro será sufocado com aumentos abusivos de preços e salários injustos?"

Deixamos aqui registrada a nossa indignação e uma reflexão em todo o Estado de Santa Catarina. Sabemos que pessoas estão nos assistindo e que já estão muito preocupadas. E nós estamos mais preocupadas ainda, porque pertencemos à Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e sabemos que existem muitas famílias que, com esses aumentos, estarão gemendo.

Esta é a minha indignação, e deixo esta reflexão para todos os colegas, para os 40 Parlamentares, e para toda a população catarinense.

Muito obrigada, Sr. Presidente!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Queremos registrar, com muita alegria, a presença de nosso amigo Júlio do Prado, Vereador do Município de Joaçaba, bem como de sua esposa e de seu filho. É um prazer e uma honra tê-los em nossa Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e visitantes, venho a esta tribuna na manhã de hoje para fazer algumas considerações. Inclusive, Sr. Presidente, estou me sentindo diferente aqui na tribuna, já que ela ficou mais livre, mais aberta.

Mas quero relatar uma questão levantada nesta tribuna pelo Deputado Joares Ponticelli, que fez algumas denúncias muito pesadas e duras. Eu não sei se fez com responsabilidade ou se apenas jogou as coisas no ar. E nós vamos questionar isso, porque não podemos admitir que um homem que deixou a marca do trabalho por aonde passou, que um homem honrado, como é o Secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet, seja acusado de manipular pessoas ou de pagar pessoas para darem depoimentos contra "a" ou "b" nas eleições passadas.

As acusações foram muito pesadas e por isso, caro Presidente, estou pedindo a esta Casa a fita da sessão de ontem, bem como as notas taquigráficas, para mandá-las ao Deputado Ronaldo Benedet para que ele possa se defender daquelas acusações que, no meu ponto de vista, foram levianas, irresponsáveis e muito duras. Um Secretário de Segurança Pública articulando depoimento para as pessoas contra Prefeitos eleitos foi uma acusação muito dura. Acho que passaram do limite!

Por isso, estamos requerendo as notas taquigráficas, que deixam tudo registrado, bem como a cópia da fita da sessão de ontem, para que o Deputado Ronaldo Benedet possa se defender, já que ele é um homem honrado, um homem de bem.

Ontem não tivemos tempo para falar porque já estávamos sem quórum. Mas não perdi a oportunidade de me inscrever hoje para vir aqui defender o Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. Inclusive, ele estará aqui na terça-feira. Mas daí será por outras razões, para colocar ações e programas da Secretaria.

Por isso, estou requerendo a cópia da fita da sessão de ontem para que eu possa encaminhá-la ao Secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a fim de que ele possa se defender e colher a verdade, pois o bonito é a verdade, o bonito são as informações corretas.

Por esta razão, não poderia deixar de fazer esse questionamento. Entendi que era minha obrigação levantar essa questão. Como estou acostumado a defender o Governo quando é necessário, não poderia deixar de defender um colega desta Casa, o Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet.

Então, como as acusações foram pesadas, vamos poder levantá-las. E se forem verdadeiras, vai haver algum desdobramento; se não forem verdadeiras, evidentemente que vai haver outro desdobramento. Mas não poderia deixar isso passar em branco. A sociedade não pode ouvir acusações dessa natureza, sem ter uma explicação, sem ter a verdade clareada. Para que lado ela torce, ela pende, é secundário. Agora, a verdade tem de ser clareada e esclarecida.

Por isso, estamos requerendo tanto a fita da sessão quanto as notas taquigráficas, para poder fazer essa avaliação e dar o direito de defesa ao Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Também por várias vezes ouvi o Deputado Joares Ponticelli fazer considerações aqui desta tribuna sobre as eleições de Tubarão, sendo que lá ganhou o atual Prefeito, com uma vitória muito forte. E ele veio várias vezes aqui nesta tribuna fazer considerações e elogios a isso.

Já que lá era o 45, quero que o Deputado Joares Ponticelli também venha aqui em Florianópolis fazer a defesa do 45. Já que ele fez tanto a defesa do 45 lá em Tubarão, que venha fazê-la também aqui em Florianópolis!

Por isso, o Dário Berger, com certeza, está aguardando que ele venha a esta tribuna fazer a defesa do 45.

Com muita honra, anteontem, eu reuni a Bancada do PMDB, juntamente com a do PL, com os Deputados César Cim, Dionei Walter da Silva, Jorginho Mello, Djalma Berger, enfim, com uma gama de Parlamentares, e abri o apoio à candidatura de Dário Berger. E fiquei orgulhoso porque conheço esse moço há muito tempo e sei o que ele fez por São José e da sua competência.

Já que lá ele fez uma administração moderna, nova, evidentemente que aqui na Capital não vai ser diferente. Aqui ele também vai implantar o mesmo perfil de trabalho, a mesma luta.

Por isso, não tenho nenhum problema em estar aqui defendendo a candidatura de Dário Berger. E só questionei porque espero que o Deputado Joares Ponticelli, que defendia tanto o 45 de Tubarão, neste instante também possa vir defender a candidatura de um menino novo, competente, capaz, sério e que fez uma administração memorável em São José. Foi reeleito, praticamente, com mais de 80% dos votos e fez o seu sucessor, o que é

uma coisa muito difícil. Hoje está candidato aqui em Florianópolis e acredito que, com essa visão moderna, competente e com essa capacidade de administrar, será o Prefeito desta cidade.

Por isso, não temos dúvida nenhuma de que estamos com ele em todos os momentos. Estamos trabalhando para que possamos colher uma grande vitória aqui na Capital dos Catarinenses, que, com certeza, terá esse administrador moderno, sério, competente e capaz para orgulhar este povo, já que a Capital é o termômetro de todo o nosso Estado.

Por esta razão, não poderia deixar de trazer aqui o meu apoio, com a certeza de que estamos no caminho certo, no caminho daqueles que dão sustentação ao Governo, no caminho daqueles que já foram parceiros para ganhar as eleições do Governo do Estado de Santa Catarina de Luiz Henrique e Eduardo Moreira.

Portanto, por uma questão de lealdade, fomos buscar os encaminhamentos e as parcerias que vivemos no Estado de Santa Catarina, nos grandes Municípios, para que a Capital possa ser administrada com a competência de Dário Berger.

Faço este registro na certeza de que estou convicto daquilo que escolhi. E sei que escolhi o melhor caminho para a nossa Capital de Santa Catarina, que é Florianópolis.

Por isso, caro Sr. Presidente, vim aqui dizer que estamos trabalhando. Conosco não tem esse negócio de ficar em cima do muro. É linha direta, pois sabemos o que queremos e aonde queremos chegar.

Queremos deixar registrado que estamos ouvindo alguns ataques por parte do adversário de campanha de Dário Berger aqui na Capital. Mas temos certeza de que quando as pessoas estão desesperadas, procuram buscar todos os encaminhamentos. Dário Berger não irá mudar o seu perfil, que sempre foi o de fazer campanha construindo aquilo que será o melhor. E ele vai continuar com esse mesmo perfil - foi o que nos disse nessa reunião. E estaremos com ele, pois a melhor proposta para Florianópolis é a dele. Então, escolhamos a melhor proposta, que é a de Dário Berger!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Nilson Gonçalves) - com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Que eu saiba, Sr. Presidente, nós estamos ainda em período eleitoral aqui em Florianópolis. Eu recebi no meu gabinete algumas orientações desta Presidência no sentido da utilização do microfone, porque hoje temos a TVAl que está veiculando imagens.

Esta publicidade feita pelo Deputado Manoel Mota não é regular! Se pode ser feita, eu até quero consultar! Se pode ser feita, eu já me inscrevo para fazê-la, porque vou fazer já um programa político aqui! Quero saber se é válido e viável um Deputado Estadual fazer publicidade não prevista na lei! Eu quero saber, Deputado Presidente!

Sr. Presidente, estou fazendo uma questão de ordem e gostaria de que fosse respondida: é possível um Deputado assomar à tribuna e fazer apologia ao seu candidato no período eleitoral, contrariando a lei eleitoral? Gostaria de saber se pode! Se puder, até bato palmas ao Deputado Manoel Mota e já vou me inscrever, porque daqui para a frente esta tribuna vai ser um palanque eleitoral!

Se o Deputado Manoel Mota pode defender o seu candidato, eu vou defender o meu! Quero saber se eu não vou ser, amanhã ou depois, acusado de cometer uma irregularidade eleitoral.

Então, quero uma resposta da Mesa, por favor! Porque eu recebi em meu gabinete uma correspondência, inclusive, sobre a possibilidade do fechamento da TVAL para ela não poder veicular... E agora estou vendo um forte discurso do Deputado Manoel Mota contra o meu candidato e a favor do candidato dele. Se pode, já vou assomar à tribuna! Por favor, responda-me, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Sr. Deputado, V.Exa. sabe tanto quanto eu que houve uma recomendação no sentido de que cada Deputado tivesse responsabilidade suficiente para que, quando assumisse à tribuna, não fizesse pronunciamentos com conotação política no período eleitoral.

Houve essa recomendação e a responsabilidade ficou para cada um dos Srs. Deputados que assumissem à tribuna. No caso de fazerem referência a esse ou àquele candidato, a responsabilidade seria de cada Deputado.

Nós não temos, como V.Exa. sabe, no Regimento Interno, nada previsto. A lei também não nos coloca nenhuma situação.

Portanto, ficou estabelecido, através da Mesa Diretora desta Casa, que cada Sr. Deputado seria responsável pelo seu ato, na hora que assomassem à tribuna.

Neste caso, o Deputado Manoel Mota, que acabou de fazer o seu discurso, naturalmente que se tiver algum problema, vai responder por ele. E assim será com V.Exa. também. Se por acaso V.Exa. assomar à tribuna e fizer um pronunciamento político em favor do seu candidato, certamente também responderá pelo pronunciamento, caso for acionado.

Assim foi decidido, assim foi conversado aqui nesta Casa com todos os Srs. Deputados. E todos os Srs. 40 Deputados têm ciência da responsabilidade em relação ao uso da tribuna com fins políticos ou eleitorais.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Mas, Sr. Presidente, quero dizer que a infração cometida pelo Deputado não aponta somente ao infrator possíveis penalidades. A própria TVAL poderá sofrer penalidades pelo fato. É aí que quero saber da Mesa, porque pelo Regimento Interno, ela pode suspender determinados depoimentos que não condizerem com a realidade das normas legais.

E amanhã ou depois não quero ser apenado por ter causado à Assembléia Legislativa alguma penalidade pelo mau uso do microfone. E daí é esta a minha colocação. O Sr. Deputado Manoel Mota fez o papel dele, mas quero saber qual é o papel da Mesa da Assembléia Legislativa ao permitir tais declarações a tal programa político.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Na verdade, Deputado Antônio Carlos Vieira, tanto V.Exa. quanto este Deputado que está Presidindo neste momento a sessão devem ter sido pegos de surpresa também, porque até o presente momento nenhum Sr. Deputado usou a tribuna para fazer citações político-eleitorais.

Então, esse aspecto em relação ao Deputado Manoel Mota, que acabou de fazer o seu pronunciamento, é novo e tomou-nos de surpresa. Evidentemente que a Mesa Diretora estará reunida e tomará as providências ou, pelo menos, colocará o assunto em pauta na próxima reunião.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, embora, em razão de outros compromissos, não tenha ouvido o pronunciamento do Sr. Deputado Manoel Mota, gostaria de dizer que a posição de V.Exa. é absolutamente correta. Não há como a Mesa da Assembléia Legislativa ou o Presidente da sessão exercer a censura prévia ou cortar o pronunciamento de quem quer que seja.

É claro que se houver implicações de natureza eleitoral, elas serão imputadas à responsabilidade do Deputado que proferiu a manifestação.

Portanto, não resta outra alternativa, se eventualmente houver algum questionamento, de que isso seja dirimido nesse contexto. Não cabe à Mesa da Assembléia fazer censura prévia. Ou voltaremos àqueles tempos, que nenhum de nós quer que voltem, em que se exercia por censura prévia e não se permitia a livre manifestação do pensamento.

Na eventualidade de algum deslize de qualquer Parlamentar, isso, com certeza, será atribuído à conta e à responsabilidade daquele Parlamentar. Não estou fazendo julgamento do Deputado Manoel Mota nem de quem quer que seja. Essa foi a linha correta tirada pela Assembléia, em manter no ar a TVAL durante todo esse período, pelo serviço público relevantíssimo que ela presta. E, claro, cada Deputado tem que saber até aonde pode ir.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Perfeito, Deputado João Henrique Blasi.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Dionei Walter da Silva, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Dionei Walter da Silva, com a palavra a próxima oradora inscrita, a Sra. Deputada Simone Schramm, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Bom-dia, Deputado Nilson Gonçalves, que preside a sessão de hoje, Sras. Deputadas Ana Paula Lima e Deputada Odete de Jesus, demais Colegas.

O que nos traz à tribuna de hoje é um assunto de interesse de todos, uma vez que 33 Deputados assinaram conosco a proposição de um anteprojeto ao Sr. Governador. E hoje pela manhã recebi em audiência o Sr. Mário da Silva, Presidente do Sintesp, e entreguei a ele a indicação desta Casa na qual solicitamos a edição de regras gerais a respeito da realização de concursos públicos de provas ou de provas e títulos, no âmbito da administração direta, indireta e entidades delegadas do Poder Público de Santa Catarina.

Então, é um desejo comum entre os 33 Deputados que assinaram este documento de que todo o preenchimento de cargos e funções públicas no Estado de Santa Catarina, a exemplo do que já acontece nos Estados do Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo, Brasília e em tantos outros Estados da nossa Nação, seja feito através de concurso público licitado, dando, então, total transparência a todos os Poderes do nosso Estado.

Queremos total isenção ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo na execução de concursos públicos, dando maior transparência e maior legitimidade a todos aqueles que desejam participar como candidatos dos concursos em Santa Catarina. Hoje os nossos jovens vão prestar concurso no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio de Janeiro, já que os concursos do nosso Estado não têm mais credibilidade. Isso é lamentável.

Recentemente, nós tivemos a condição de acompanhar, a exemplo do que aconteceu com o concurso da Polícia Militar, em que o Governador teve que anular o concurso, terceirizá-lo, então, para que ele pudesse ser legítimo... Da mesma forma, houve denúncias do último concurso do Tribunal de Justiça, e estamos clamando para que realmente haja, a partir do próximo concurso, a licitação dos concursos também do Poder Judiciário, dando, assim, a total transparência que deseja todo o cidadão catarinense.

Outro assunto que me traz à tribuna, com muita alegria, é o seminário que define a política da educação do campo.

Como eu atuei em região agrícola, em região rural como professora primária e diretora de escola por mais de 15 anos, fico muito satisfeita ao ver que o MEC formula uma política para a educação das pessoas que vivem no campo. E essa discussão acontecerá nos dias 8, 9 e 10 de dezembro, aqui na Capital do Estado, no primeiro Seminário Catarinense de Educação do Campo.

São esperados 450 participantes de todo o Estado para construir uma proposta curricular de educação básica diferenciada e adaptada à realidade do homem rural.

A coordenação está a cargo da Secretaria de Estado da Educação e Inovação, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, universidades, entidades e outras organizações que se reunirão na manhã da próxima quarta-feira para planejar o evento.

Um dos objetivos dessa ação é promover a vida no campo, através de investimentos educacionais, para evitar que os filhos dos nossos agricultores migrem para as escolas urbanas e assim aumentem o êxodo rural.

Seminários como esse serão realizados em todo o País com o objetivo de coletar informações para a construção de uma nova política de educação do campo, por solicitação do Ministério da Educação.

Técnicos da área defendem um currículo que respeite a cultura rural. Em uma escola urbana, o aluno do campo é, muitas vezes, ridicularizado por sua fala, seu jeito e sua maneira de vestir. Eu posso dizer que eu mesma já vivenciei muitas situações em região rural, Deputado César Cim, quando o aluno vinha do seio da sua família para a 1ª série e só falava a língua alemã aqui na nossa região de Pirabeiraba, Distrito de Joinville. E essa criança enfrentava inúmeras dificuldades no convívio e na socialização com a escola, porque vivia restrita lá no seio familiar, com os seus hábitos, com as suas maneiras diferenciadas dos demais colegas.

Então, temos a certeza de que essa ação do Ministério da Educação é muito importante porque nós temos que ter características diferenciadas para valorizar a nossa gente no campo.

Quando cheguei como diretora de escola na comunidade rural, pude ver que lá havia uma horta de 500m² - e eu ia para a horta com os nossos alunos -, um pomar e uma farmácia caseira. Inclusive, tínhamos o entendimento de que precisávamos valorizar aquilo que os nossos alunos vivenciavam no dia-a-dia, que precisávamos valorizar essa atividade familiar e nunca discriminar o aluno que vem de uma família que tira o seu sustento da atividade rural.

Então, quero parabenizar a Secretaria do Estado da Educação e o Ministério da Educação, que realmente ainda é tempo de resgatarmos a atividade do campo, valorizando a escola rural e valorizando as pessoas que vivem dessa atividade. E realmente não só o Ministério da Educação, mas temos que resgatar muitas outras ações em nível estadual, municipal e federal, para que as famílias ainda consigam sobreviver no campo.

É muito difícil a vida no campo. Eu posso dizer isso porque ainda lá na estrada do Oeste tenho familiares - tios e tias - que vivem dessa atividade e sei o quanto eles lutam. Acordam às 4h da manhã para ordenhar os animais e para o plantio. Enfim, é uma atividade ingrata e eles vivem apenas daquilo que produzem - e quando realmente conseguem colher aquele cultivo, já que essas pessoas dependem de toda uma questão climática para o êxito da sua colheita.

Então, estou muito contente por essa ação. E espero que muitas outras venham para dar uma condição mais digna às pessoas que vivem lá campo, já que nós, que temos essa vida urbana, dependemos dessa atividade tão importante e tão vital para a sociedade.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Queremos registrar, com muito prazer, a presença dos alunos da 4ª série da Escola Básica Zenaide Schmidt da Costa, do Município de Gaspar, que veio aqui com 100 alunos, sob a responsabilidade da excelentíssima professora Teresa Medeiros.

Sintam-se bem no nosso meio!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Rogério Mendonça, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho usar este espaço do meu Partido, o PMDB, primeiramente para fazer uma referência a V.Exa., Deputado Manoel Mota, dizendo que V.Exa. usou este espaço democraticamente. E esta Casa está aqui exatamente para isso, ou seja, para o livre debate, e não acredito que V.Exa. tenha feito o seu pronunciamento visando a questão política, partidária e a eleição, e sim uma troca de idéias democraticamente dentro desta Casa.

Mas ocupo este espaço primeiramente para falar sobre uma notícia que está estampada nos últimos dias nos jornais de Santa Catarina com relação à agricultura, ou seja, à praga da banana, o Mal da Sigatoka Negra, que está atingindo mais de 20 Municípios de Santa Catarina.

Inclusive, esse assunto foi objeto de um pronunciamento meu há poucos dias nesta Casa, quando eu falava sobre o risco, quando eu falava sobre o grande prejuízo que poderia trazer ao Estado de Santa Catarina, aos nossos produtores rurais, caso essa doença adentrasse nos bananais de Santa Catarina.

Infelizmente, hoje isso já é uma realidade em mais de 20 Municípios de Santa Catarina, com prejuízos muito grandes aos nossos produtores. E temos certeza de que as autoridades fitossanitárias da agricultura, através do nosso Secretário Moacir Sopelsa, através da nossa Cidadã, que tem feito um grande trabalho nestas questões fitossanitárias em nosso Estado, estão tomando as providências para que possamos erradicar este problema.

Mas naquela época eu também havia feito um pedido para que realizássemos uma audiência pública para discutir o Mal da Sigatoka Negra. Inclusive, a idéia era de que essa audiência pública fosse realizada aqui na Assembléia Legislativa.

E ontem, ao conversar com o Deputado Dionei Walter da Silva, discutimos a possibilidade - até porque ele representa a região onde se intensifica a doença da Sigatoka Negra - de que essa audiência pública fosse realizada lá na região produtora, nos Municípios de Guaramirim ou de Jaraguá do Sul, enfim, no local onde V.Exa., inclusive, sugeri.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não! Ouço V.Exa. até porque temos acompanhado o seu real interesse para que essa doença, que tanto prejuízo vai trazer a nossa agricultura e os pequenos produtores de banana de Santa Catarina, possa ser dizimada o quanto antes do nosso Estado.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Eu queria cumprimentar V.Exa. pela preocupação, Deputado, porque no ano passado fizemos uma audiência com o Secretário Moacir Sopelsa e com oito associações de bananicultores da região.

E quero agradecer a V.Exa. pela sensibilidade de permitir que isso aconteça lá na região para que, além dos técnicos e dos responsáveis, também dos bananicultores possam participar.

Portanto, ao agradecer, queremos dizer que vamos fazer uma grande mobilização, lembrando sempre a sua preocupação com esse tema.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, Deputado Dionei Walter da Silva.

Mas neste espaço destinado ao meu Partido, gostaria também de fazer referência a um projeto de lei, Deputado João Henrique Blasi, que encaminhei a esta Casa, com relação a um problema que tenho verificado não só em Florianópolis, mas também nas grandes cidades de Santa Catarina onde existem concentrações de jovens, grandes shows em casas noturnas, com a presença de grandes artistas nacionais.

Inclusive, quando V.Exa. era Secretário da Segurança, encaminhei uma indicação nesse sentido, e na época V.Exa., ao me responder, demonstrou a sua preocupação e as medidas que aquela Secretaria estava tomando a respeito.

Esse projeto de lei que estou encaminhando obriga que os grandes eventos que reúnam jovens tenham nas principais entradas detectores de metais.

Seguidamente temos tido problemas em eventos dessa natureza, Deputado João Henrique Blasi. Há poucos dias, num show do cantor Dudu Nobre, no Clube 12 de Agosto, em Florianópolis, um jovem foi estupidamente assassinado. Dizem que foi por causa de drogas, mas, de repente, numa discussão, fruto talvez da bebida ou da droga, um sacou uma arma e matou o outro.

No ano passado, no Clube 1º de Junho, em São José, num show do grupo Sensação, um jovem também foi morto com seis tiros; na sede campestre do Clube 12 de Agosto, em Jurerê, no ano passado, um jovem também foi morto; há poucos dias, num show do Fundo de Quintal, um jovem foi ferido por uma arma de fogo no Clube Paula Ramos. E isso só aqui em Florianópolis. Mas sabemos de situações iguais a essas em Blumenau, em Chapecó e em Criciúma, onde jovens foram assassinados devido a circunstâncias iguais a essas.

Por isso, estamos encaminhando um projeto de lei a esta Casa, no sentido de que realmente tenhamos nas principais entradas de shows dessa natureza, com grande aglomeração de jovens, detectores de metais. Isso é uma coisa simples, mas que vai preservar muitas vidas de jovens que, muitas vezes, não tem nada a ver com o caso, vão a um lugar desses com o único objetivo de se divertir e, de repente, são mortos ou feridos.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não! Ouço V.Exa. pois, como eu já disse, quando V.Exa. era Secretário da

Segurança encaminhei uma indicação nessa direção. E V.Exa. me respondeu dizendo também da sua preocupação e dos cuidados que a Secretaria estava tomando em relação a isso.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Sr. Deputado, de fato o assunto é momentoso, e eu cumprimento V.Exa. por tê-lo trazido à discussão e, sobretudo, por estar apresentando agora um projeto de lei que vai nos permitir dar uma atenção especial a esse assunto que realmente preocupa.

Quem poderia imaginar, anos atrás, a possibilidade de que a poucos metros da Assembléia, no Clube 12 de Agosto, pudesse haver uma situação como essa que levou a vitimar uma pessoa, em razão de alguém haver entrado armado naquele clube, sem o devido cuidado.

E quando V.Exa. encaminhou à Secretaria da Segurança Pública uma indicação, ela foi analisada e, mais do que isso, foi dada uma resposta concreta, através da edição de um ato normativo do Chefe da Polícia Civil de Santa Catarina, determinando de forma preempatória que em todos esses eventos ao qual concorre um grande público, seja obrigatória a instalação de um detector de metal, seja ele fixo ou móvel, de tal sorte que as pessoas que adentrem naquele recinto sejam devidamente revistadas.

Essa é uma portaria que já está em vigor e o que me parece é que há problemas no seu cumprimento ou na sua fiscalização. No entanto, o projeto de V.Exa. terá esse mérito de permitir que voltemos a debater esse assunto que é preocupante a tantos e tantos pais como nós, que têm os seus filhos frequentando esses ambientes. E por isso é preciso que nós, em nome da sociedade, tenhamos uma preocupação, e o projeto de V.Exa. vai dar essa oportunidade de voltarmos a debater esse assunto que, de fato, é preocupante e ingente cada vez mais nos dias de hoje.

Portanto, cumprimento V.Exa. Saiba que estaremos dispostos, na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Segurança Pública, a dar a devida atenção a essa matéria.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, Deputado João Henrique Blasi. No período em que V.Exa. foi Secretário da Segurança, sempre teve uma preocupação com questões dessa natureza, até pela sua sensibilidade em relação à questão. E sabemos que V.Exa. tem também filhos jovens que frequentam ambientes iguais a esse - assim como eu e muitos Deputados também os têm - e, portanto, não podem estar à mercê de bandidos, eu diria, ou mesmo de inescrupulosos jovens que possuem algum tipo de arma e colocam em risco aquelas pessoas que frequentam esses ambientes.

Gostaria também de fazer referência com relação à medida provisória dos transgênicos, que foi editada agora pelo Presidente da República.

Essa medida provisória tem sido muito criticada por alguns segmentos do setor agropecuário e elogiada por outros. A minha opinião é de que essa medida provisória veio em boa hora e não havia nada diferente a ser feito, até porque os produtores de soja vivem numa situação de indefinição sobre a utilização ou não de sementes transgênicas, de produtos transgênicos, e ainda colocam dúvidas com relação ao prejuízo, efetivamente, que vamos ter na natureza.

Os nossos vizinhos argentinos plantam a soja transgênica e competem em condições muito melhores do que os produtores brasileiros, como também os produtores americanos, australianos e outros produtores de todo o mundo, que utilizam a semente transgênica.

Penso que a medida provisória veio em boa hora e que há necessidade, sim, no momento em que vai-se discutir e votar essa medida provisória, de continuarmos a ter um grande debate para que a sociedade brasileira possa ter uma definição com relação aos prejuízos que a utilização da soja transgênica possa causar, ou não, aos nossos produtores, à natureza e também sobre as vantagens que eles terão ou não.

Portanto, creio que o debate tem que continuar. Caso não tivesse sido emitida essa medida provisória - e praticamente 70% ou 80% dos nossos produtores já se utilizam de semente transgênica -, pergunto o que aconteceria, Deputado César Cim. Será que conseguiríamos confiscar todos esses produtores? Será que conseguiríamos eliminar a produção de soja que eles estão tendo? Acho que não e que realmente há necessidade de uma discussão maior. E na hora em que o Brasil tiver que tomar uma decisão, espero que se tome uma decisão realmente consciente sobre a real necessidade de eliminar de vez e sobre as vantagens que o Brasil vai ter, que os produtores terão, inclusive no mercado mundial e assim por diante.

Portanto, apesar das muitas críticas que estão sendo feitas, parabênico ao Governo Federal por ter emitido essa medida provisória. Não havia outra maneira de se resolver essa questão, face a situação que os nossos produtores estavam vivendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o ilustre Deputado Antônio Carlos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas Ana Paula Lima e Simone Schramm e Srs. Deputados, como fez o Deputado Manoel Mota nas suas colocações, solicitando à Mesa uma cópia da fita da sessão de ontem na qual o meu Líder fez algumas declarações com relação ao Secretário da Segurança, eu quero, desde já, que V.Exa. determine a liberação de uma cópia da fita do depoimento do Deputado Manoel Mota feito aqui nesta tribuna, porque eu entendo que a lei eleitoral foi desrespeitada e jogada ao léu. E nós não podemos ter imparcialidades nesta Casa Legislativa.

Eu tenho tomado o cuidado absoluto, em respeito à Casa, à decisão da Mesa e em respeito a nossa TVAL, para que assuntos políticos não sejam considerados propaganda política através deste Deputado. E infelizmente o Deputado Manoel Mota hoje, talvez muito entusiasmado com a crítica feita ao Deputado Joares Ponticelli, adentrou num programa político que é vedado pela lei eleitoral.

Então, eu gostaria de requerer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputado, eu vou responder à solicitação de V.Exa., como também o requerimento com relação ao Deputado Manoel Mota, mas para cumprir as duas solicitações, solicito que V.Exa. faça por escrito.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Ainda hoje eu a farei a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - E também, no mesmo critério, Deputado Antônio Carlos Vieira, a solicitação do Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Quero registrar aqui também, Sr. Presidente, que ontem eu fiz uma declaração a respeito do Decreto nº 2.514, do dia 5 de outubro, do Governo, e que ontem, nesta tribuna, eu disse que estaria fazendo uma

representação à Comissão de Constituição e Justiça para a sustação dos efeitos desse malsinado decreto. Quero dizer que darei entrada a ela daqui a pouco, porque a petição já está pronta e assinada, com as razões que eu solicito a sustação deste decreto famigerado.

Mas eu também me permito, neste horário do Partido, fazer uma cobrança pública à Deputada Simone Schramm neste momento: no dia 22 de setembro de 2004, V.Exa. trouxe a esta tribuna um relatório que apresentava as obras do Governo em Florianópolis. Naquele momento, V.Exa. colocou que, se os Srs. Deputados quisessem identificar os Municípios da Grande Florianópolis com as ações da Secretaria de Desenvolvimento Regional, o relatório estaria à disposição. Na mesma sessão, eu o solicitei e V.Exa. não me forneceu.

No dia 1º de outubro, eu mandei um ofício ao seu gabinete, dirigido a V.Exa., pedindo uma cópia desse relatório e V.Exa. até hoje também, dia 21, não me atendeu. Eu vou considerar como não respondido, portanto, que obra nenhuma foi feita, exceto as grades de segurança do Governo do Estado e a plataforma do heliponto da Secretaria da Segurança, que parece que foram as duas grandes obras de Florianópolis. Uma resguardou a segurança do Governador, e já que a insegurança graça aqui na nossa cidade, ele fez bem em proteger a Casa D'Agronômica de possíveis interferências criminosas. A outra foi o heliponto, com um farol iluminando a cidade. Mas parece que não coibiu absolutamente nada de criminalidade.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Antônio Carlos Vieira, eu não tive a oportunidade de assistir ao contundente pronunciamento do Deputado Manoel Mota, mas fiquei satisfeito em saber que ele requereu a fita, até porque, talvez, ele não tenha prestado bem atenção no que eu disse ontem e por isso é bom que ele assista à fita três ou quatro vezes para compreender bem o que eu disse e, depois, se manifestar.

Mas reitero e reforço - e vou encaminhar ao gabinete do Deputado Manoel Mota, inclusive, a defesa do nosso candidato eleito no Município de Orleans - tudo aquilo que eu disse ontem. Posso até disponibilizar as fitas gravadas com depoimentos de pessoas que falam da tentativa de forjar provas contra o nosso candidato. Tudo isso está no processo que tramita na Justiça Eleitoral, e vou disponibilizar isso também ao Deputado Manoel Mota, para que ele entenda e compreenda a gravidade do assunto que eu trouxe aqui na tarde de ontem e sobre o qual nós não vou parar a discussão.

Com relação à segunda parte do pronunciamento do Deputado Manoel Mota, pareceu-me que ele fez um minicômico, um discurso muito contundente em favor do candidato que ele apóia no Município de Florianópolis.

Eu sei que ele está muito empenhado, certamente até por orientação do Governador, em fazer esses eventos, em trazer o apoio dele e do Governo ao candidato que disputa contra o nosso candidato aqui na Capital.

Mas é preciso, Deputado Antônio Carlos Vieira, que se tome uma providência rápida. Eu também quero subscrever com V.Exa. o pedido de cópia da fita, e espero que a TVAL possa nos disponibilizar esse material hoje ainda, porque entendo que a Justiça Eleitoral precisa ser, imediatamente, acionada, especialmente agora que a TV Assembleia, através do Canal 31, já está em sistema aberto.

O Deputado Manoel Mota, ao ter feito aqui um comício em favor do seu candidato, certamente terá de responder por isso, uma vez que estamos a dez dias das eleições. E entendo que esse instrumento da TV Assembleia não pode ser usado, como o foi pelo Deputado Manoel Mota, para manifestar o apoio que ele, o seu Governo e o seu Governador estão dando ao candidato Dário Berger.

Por isso, quero me associar ao pedido de V.Exa., Deputado Antônio Carlos Vieira, e de solicitar que a TVAL disponibilize esse material no menor espaço de tempo possível, Sr. Presidente, para que possamos acionar a Justiça Eleitoral ainda no dia de hoje, uma vez que esse instrumento foi utilizado pelo Deputado Manoel Mota para fazer campanha para o seu candidato.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu agradeço a V.Exa. pelo aparte e quero comunicar ao Sr. Presidente que, antes do encerramento desta sessão, ele receberá o nosso requerimento pedindo essa cópia da fita. E espero que seja deferido imediatamente para que possamos, ainda hoje, receber a cópia dessa fita. E também hoje, ou, no mais tardar, amanhã, nós deveremos ingressar na Justiça Eleitoral com uma denúncia por propaganda eleitoral fora do período previsto na lei.

A Sra. Deputada Simone Schramm - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

A Sra. Deputada Simone Schramm - Deputado Antônio Carlos Vieira, realmente eu tive o cuidado de ler no Diário da Assembleia o pronunciamento de V.Exa., no qual V.Exa. fez menção de que gostaria de ter conhecimento de alguma ação do Governo do Estado por parte da Secretaria de Desenvolvimento Regional na Grande Florianópolis.

Eu quero dizer que fiz uma leitura na tribuna, mencionando as ações em Florianópolis, e V.Exa. pediu isso por escrito. Eu solicitei a minha assessoria que fizesse o encaminhamento desse relatório ao seu gabinete, e acabei de chamar a atenção da minha Chefe de Gabinete porque até agora ela ainda não havia encaminhado a cópia ao seu gabinete. Mas até o final da manhã de hoje V.Exa. terá uma cópia desse relatório no seu gabinete!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu fico muito agradecido, Deputada!

A Sra. Deputada Simone Schramm - Gostaria de colocar aqui que não fiz a leitura das ações da Secretaria de Desenvolvimento Regional em Florianópolis por estarmos no segundo turno e entender que poderia ser interpretado nesta Casa como um objetivo eleitoral.

Então, por esse motivo não fiz a leitura, mas assim que terminar o processo eleitoral procederei à leitura da tribuna.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Deputada, não se esqueça de mandar entregar, hoje, a cópia dessas grandes obras feitas em Florianópolis pelo Governo do Estado.

Mas eu gostaria, sim, de voltar ao assunto do Decreto nº 2.514, de 05 de outubro de 2004, agora com a presença do ilustre Deputado Herneus de Nadal, Líder do Governo. O referido decreto é uma afronta à legislação, à nossa Constituição e a tudo o que se considera moral e ético na administração pública financeira e orçamentária.

Estou fazendo a denúncia à nossa Comissão de Constituição e Justiça, pedindo a sustação e o elenco de toda a legislação infringida, desde a Constituição Federal, passando pela Constituição Estadual, desde a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 101, desde o Código Tributário, Lei nº 1.572, até a

Lei nº 4.320/64. Ou seja, todas as leis possíveis foram infringidas com um singelo decreto do Governo do Estado.

Eu acredito, inclusive, que o Governador Luiz Henrique, que foi quem assinou o decreto, não sabe a sua repercussão e como ele é danoso para o convívio com os órgãos, com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o Tribunal de Contas e o Ministério Público, porque vai sonegar receita que é distribuída para esses órgãos, vai sonegar receita de ICMS para os Governos Municipais, vai sonegar dados de valores para a aplicação no Magistério, na educação, na saúde.

Sr. Presidente, todas estas colocações eu fiz no meu requerimento e tenho certeza de que o Deputado Herneus de Nadal, como é um homem de bem, como é um Deputado que sempre age com força, mas dentro dos limites legais, vai nos ajudar no sentido de que o Governo do Estado, antes mesmo de uma ação saneadora desta Casa, promova a imediata revogação desse decreto.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não, Deputado!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Agradeço ao Deputado Antônio Carlos Vieira pela oportunidade da manifestação, no instante, no momento em que também quero fazer uma afirmação.

Acredito que o Sr. Secretário da Fazenda tenha observado todo o regimento vigente, para que pudesse editar o decreto. Agora, logicamente, que está dentro das prerrogativas do ilustre Parlamentar o exercício da fiscalização do Poder Executivo. Exerce, portanto, o direito, como também o direito de cidadão, ao buscar a proteção do Poder Judiciário.

Nós, logicamente, temos a convicção de ter cumprido com o que estabelece a lei. Mas é evidente que agora, com o exercício do contraditório, teremos como contra-argumentar com relação às manifestações que V.Exa. está fazendo. E tenho convicção de que o Governo obedeceu aos princípios legais e éticos com relação à questão. Mas, logicamente, teremos esse tempo todo para tratar desse assunto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu agradeço a V.Exa. pelo aparte e não esperava posicionamento diferente de V.Exa. Mas quero dizer que vou aguardar não sem dar entrada à representação. Vou apresentar a representação, ela vai tramitar, obviamente, mas tenho certeza de que o Governo do Estado, embora seja de Partido contrário ao meu, terá bom senso e agirá com toda lealdade, honestidade e decência, no sentido da revogação desse decreto, porque realmente é totalmente ilegal e imoral.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 15 minutos são destinados ao PT. Como há problema no relógio, nós vamos marcar o início às 10h27min e o término às 10h42min.

Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Eccel.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estou aqui, neste momento, compartilhando do horário dos Partidos dos Trabalhadores com a Deputada Ana Paula, que utilizará a segunda parte, mas quero reproduzir aqui um assunto para reflexão de Santa Catarina, nos seguintes termos:

(Passa a ler)

"'Omo' para Prefeito

'Omo lava mais branco. Omo lava mais branco. Omo lava mais branco.' 'Quem lava mais branco?' Quando a resposta é avassaladora a favor de 'Omo', o resultado não expressa a opinião do consumidor, mas a efetividade da campanha de publicidade. É isso que mede a pesquisa, que instala um jogo de bumerangue entre os produtores do 'consenso fabricado', na expressão de Noam Chomsky, e as vítimas passivas, que reagem como cachorrinhos da experiência de Pavlov diante dos estímulos a que os submetem.

A campanha eleitoral para Prefeito de São Paulo, como se está falando tanto nesta manhã, para não dizerem que estou fazendo campanha para algum dos dois candidatos daqui de Florianópolis, reproduz o mesmo mecanismo que leva as pessoas a responderem 'Omo' para a questão: quem lava mais branco? Um candidato é promovido como o melhor pelos dois maiores jornais paulistas, valendo-se de um monopólio privado da mídia similar ao da Venezuela, e sua adversária é desqualificada sistematicamente.

As pesquisas testam a efetividade da campanha, que devolve aos produtores monopólios da opinião pública o resultado satisfatório de sua imposição totalitária.

Não importa se São Paulo nunca teve um conjunto de políticas sociais tão distribuidoras de renda, o que interessa é atacar o aumento dos impostos que tornou possível essas políticas - sistematicamente desconhecidas pelos dois jornais -, acirrando a consciência egoísta da classe média, que assim não lutará por uma ordem social mais justa, mas aceitará a política truculenta de segurança pública do Governo do Estado, que ameaça estender suas garras sobre a Prefeitura.

Não importam as incongruências de dizer que vai diminuir os impostos, mas vai manter as políticas sociais, financiadas por esses impostos. Mente quando diz que vai baixar os impostos. Ou mente quando diz que vai manter as políticas. Ou mente as duas vezes, porque nem vai baixar os impostos nem vai manter as políticas sociais.

O que interessa é a promoção do candidato favorito da Avenida Paulista, dos bancos, dos sentimentos conservadores da classe média e da burguesia paulistana - que deixaram de ser malufistas para ser tucanos.

E se algo não funcionar, aí estão as vastas páginas desses jornais, onde não há uma única voz dissonante, entre cobertura e colonistas. Parece que não existe mais direita, Jorge Bornhausen, Alckmin, FHC, capital especulativo, sistema bancário. Existe apenas o antipetismo, que amalgama diferentes vozes em um único coro: derrotar o PT, derrotar o PT, onde quer que seja, em Porto Alegre ou em Campinas, em São Paulo ou em Belém.

A imprensa privada paulista revela assim como tão pouco se democratizou no Brasil com o fim da ditadura. Como continua nas mãos de algumas famílias a propriedade das grandes empresas de comunicação, que tentam fazer passar suas opiniões e interesses como os da 'liberdade e da democracia', gritando em uníssono quando o Governo tenta regulamentar minimamente atividades que recebem subvenções, isenções e perdões de dívidas dos impostos pagos pela mesma população vitimada pelas ações monopólicas desses órgãos. Se 'Omo' ganhar, será uma vitória da ditadura monopólica da mídia privada, que terá do que se regozijar. Mas se como na Venezuela o povo votar contra essa imposição, esse consenso fabricado, aí, sim terão ganhado a democracia, a distribuição de renda e a possibilidade de participação popular. E terá sido derrotado o Brasil que concentra renda, exclui direitos e condena ao massacre jovens e crianças pobres das periferias."

Trouxe este texto, nesta manhã, Sr. Presidente, de autoria do grande professor da Universidade de São Paulo - USP - e também da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Amir Saad, que é um dos pensadores que reflete neste momento a questão da campanha eleitoral que pode ser tratada como São Paulo, mas que podemos estender para qualquer outro lugar deste.

Quero só finalizar destacando que hoje os jornais destacam que o Brasil subiu da 54ª para 59ª posição em nível de corrupção, no último ano. Com certeza, diante de tudo o que se viu na campanha eleitoral deste ano, não tenho dúvidas de que na medição que vai ser apresentada no ano que vem pela transparência internacional o índice de corrupção vai saltar para uma posição ainda maior.

Era o que tinha a dizer.

Devolvo, agora, a palavra para a Deputada Ana Paula Lima.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário destinado ao PT, continua com a palavra a Deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nesta semana tivemos o prazer de inaugurar esse belíssimo trabalho de restauração, de reforma do nosso Plenário.

É importante destacar também que a Assembléia Legislativa recebeu o mais importante investimento da história recente da melhoria dos trabalhos aqui desenvolvidos. O Deputado Volnei Morastoni, Presidente desta Casa, teve umas gestões dinâmicas e realizadoras, que merecem até o nosso reconhecimento.

Além dos visíveis resultados das obras empreendidas no Plenário, outros projetos de iguais relevâncias foram executados. Em quase 24 meses na Presidência desta Casa, elaborou um plano diretor e fez a restauração do terceiro andar do prédio da Assembléia. Agora, deu início à construção do auditório com capacidade para 500 lugares e da reurbanização da área externa.

Além da preocupação com a instalação física da Assembléia, a gestão atual modernizou o sistema de informática e telefonia, conseguiu colocar a TVAL em sinal aberto, que deverá em breve atingir todo o Estado, e dinamizou os serviços, visando o melhor desempenho do Poder Legislativo.

Quero também ressaltar os programas sociais, como o Programa Antonieta de Barros, que dá poder aos jovens da periferia, oferecendo oportunidades de formação profissional e colocação no mercado de trabalho, haja vista esse informativo da Assembléia Legislativo que foi destacado esta semana.

Então, com tudo isso, temos noção, Sr. Presidente, de que o Deputado Volnei Morastoni será um bom Prefeito, a partir de janeiro do ano de 2005, na cidade de Itajaí, onde cumprirá um mandato exemplar, deixando, além dos três mandatos, na Assembléia Legislativo, a marca da competência e da seriedade, que muito orgulha a população do seu Município, que é Itajaí, do Estado de Santa Catarina e do Partido dos Trabalhadores.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero aproveitar também este momento para abordar na tribuna a questão relacionada às denúncias envolvendo o Programa Fome Zero, que tem ocupado espaço na imprensa, desde as reportagens apresentadas pela Rede Globo, no último domingo, no Fantástico.

O Programa Fome Zero, a despeito de toda a torcida contrária da Oposição, é uma iniciativa bem sucedida e que já beneficia cinco milhões de famílias em todas as regiões do País, segundo estatísticas oficiais, atendendo em todos os Estados do Brasil. Em Santa Catarina, são mais de 72 mil famílias atendidas em todos os Municípios catarinenses.

O problema verificado e que foi alvo das denúncias diz respeito ao cadastro dos beneficiados do Bolsa-Família, do Bolsa-Escola e do Auxílio-Gás. Ocorre é que os Municípios que são os encarregados de fazer o cadastro inicial, e com base nos dados enviados para o Governo Federal é que são aprovados e beneficiados.

Simple é atribuir a responsabilidade do programa apenas ao Governo Federal. Aliás, o próprio Ministério do Desenvolvimento Social admite a possibilidade de fraude envolvendo pelo menos 108 mil beneficiados do Programa Fome Zero.

Mas, afinal, a quem cabe a responsabilidade de fiscalizar, de garantir que o dinheiro disponibilizado pela União esteja sendo destinado a quem não precisa?

Ora, Sras. e Srs. Deputados, é preciso que fique explícita a responsabilidade, sim, dos Municípios que recebem esses auxílios que são destinados às famílias. Nos exemplos citados pelas reportagens da Rede Globo, os problemas foram identificados em algumas cidades, como nas cidades do Estado do Maranhão, do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Não vou aqui citar cidades e nem os Partidos que governam essas cidades.

(Passa a ler)

"O Brasil, com suas dimensões continentais, exige o modelo descentralizado de administração. O Governo Federal, em gestões anteriores, já descentralizou a saúde.

Nos Estados, o ensino fundamental é atribuição dos Municípios e o secundário do Governo Estadual. Ou seja, quando o Governo Federal repassou aos Municípios a responsabilidade de receber as inscrições para os sistemas de redistribuição de renda do Programa Fome Zero, estava contando com a efetiva fiscalização das Prefeituras.

Nas cidades mais desenvolvidas, dado o grau de informação dos habitantes, a fiscalização dá-se também pela comunidade. Mas em cidades como as denunciadas pela Rede Globo, onde a população carente, lamentavelmente, não tem sequer conhecimento dos seus direitos, é da Prefeitura, sim, a responsabilidade de fiscalizar.

Temos que, de uma vez por todas, deixar de lado os ataques vazios ao Governo, como arma de mau combate pela Oposição, e juntos contribuirmos na construção de um País mais justo. Um País onde alguns poucos servidores públicos não manchem impunemente a honra da categoria, usufruindo de benefícios criados para amenizar a pobreza do povo brasileiro. Um País onde o interesse primeiro seja o da comunidade, da população. Esse é o bom combate. Defender o que é bom, como é o caso do Programa Fome Zero, e contribuir efetivamente para que esta iniciativa continue sendo sucesso, a despeito dos interesses eleitorais e demagógicos."

Era isso que eu tinha para fazer sobre a defesa deste programa bonito feito pelo Governo Federal, que está dando certo em vários Municípios, inclusive do Estado de Santa Catarina.

Mas também gostaria, Sr. Presidente, se me permitir, de dar boas-vindas às senhoras integrantes do Clube de Mães do Santuário Aparecida, do bairro Itoupava Norte, da cidade de Blumenau, que hoje estão aqui nesta Casa. São 43 visitantes, e em nome da coordenadora Ruth Zimmermann quero apresentar a minha saudação a todas as integrantes, desejando-lhes uma boa estada em nossa Capital, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sejam muito bem-vindas!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Francisco Küster, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER- Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, fui informado de que o meu Partido teria um representante, hoje, para fazer uso do horário do Partido, mas até que o nosso Colega apareça, vou fazer uso dele.

Quero saudar as pessoas que nos visitam nesta manhã, que acompanham os trabalhos da Assembléia Legislativa, e dar até uma explicação, um pouco de ordem técnica, porque já fui Presidente desta Casa, dizendo que este espaço do Plenário cumpre a missão do debate, das votações e na discussão o contraditório. Mas quando as matérias vêm ao Plenário elas já passaram por um grande período de tramitação e discussão nas Comissões Técnicas.

Via de regra, as Comissões Técnicas que analisam os projetos são a de Constituição e Justiça e depois a de Finanças, Orçamento e mais uma Comissão de Mérito. Às vezes a votação é simbólica, sem nenhum debate, sem nenhuma discussão, porque as matérias já foram discutidas exaustivamente nas Comissões Técnicas.

Mas quero cumprimentar as pessoas que nos visitam.

Ato, continuo, Sr. Presidente, Deputado Onofre Santo Agostini, que foi Presidente desta Casa por dois anos, e gostou tanto que continua presidindo, no meu tempo o Regimento Interno dizia que o Presidente precisava ter um acompanhante na mesa. Mas hoje as coisas evoluíram. O Presidente fica, às vezes, sozinho. Mas retiro a observação, para não polemizar.

Mas gostaria de falar, nesta oportunidade, do problema da violência. Eu acompanhei o discurso do Deputado Rogério Mendonça enfocando o problema da violência, da necessidade de melhorar a logística que objetiva coibir o acesso de pessoas portadoras de armas em recintos onde estejam ocorrendo eventos festivos.

Mas não é só isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Nós testemunhamos um grande evento, o Congresso Nacional aprovou uma lei denominada de Estatuto do Desarmamento, que foi sancionado pelo Presidente da República. E a partir daí constatamos também o gesto nobre dos cidadãos de bem, das pessoas de bem espontaneamente entregando as suas armas, fazendo a lição de casa, dando uma resposta positiva ao apelo da lei, aos ditames da lei.

Mas o questionamento que nós queremos fazer é o seguinte: o bandido entrega as suas armas? E aí o cidadão de bem fica desarmado - não estou defendendo a tese de que todos permaneçam armados; não é isso, não, em absoluto - e os bandidos continuam armados, assaltando, cometendo crimes, matando. E como é que fica a eficácia da lei nesses casos? É o questionamento que nós fazemos.

Adolescentes de menor idade cometendo crimes, repetindo crimes e ficam aí porque a lei, a Constituição lhes protegem. Também não estou defendendo o confinamento de adolescentes nas prisões.

Mas é necessário, antes do advento de procedimentos legais dessa natureza, um amplo debate para que a sociedade toda possa assumir uma parceria, ser conivente de uma medida séria, de uma medida que objetiva melhorar os destinos e os designios da nossa sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Concedemos a palavra ao ilustre Líder representante da Região Serrana, o nosso amigo Deputado Antônio Ceron, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com muita honra que represento esta Casa, como V.Exa. e como o Deputado Francisco Küster, que me antecedeu, que também é lá da nossa região.

Mas quero trazer aqui, hoje, à tribuna um assunto que está me deixando assim um pouco intrigado.

Olhando o Diário Oficial do dia 15 de outubro de 2004, Deputado Joares Ponticelli, está aqui a Medida Provisória nº 113. Eu não sei se é uma homenagem a alguém.

(Passa a ler)

"O Governador do Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte medida provisória, com a força de lei:"

Eu pediria à assessoria que providenciasse uma Constituição, pois gostaria de ver o art. 51.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não, Deputado, vamos providenciar para V.Exa.

(Continua lendo)

"Art. 1º - Fica concedido o abono de R\$100,00 (cem reais) aos servidores ativos ocupantes do cargo de professor do quadro do Magistério Público Estadual e aos professores admitidos em caráter temporário - ACT."

E aí por diante vem a medida provisória.

Eu, de imediato, não queria entrar no mérito da medida provisória em si, do que ela reflete. Mas eu vou ler aqui o art. 51.

(Passa a ler)

"Em caso de relevância e urgência, o Governador do Estado poderá adotar medidas provisórias com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Assembléia Legislativa."

Depois fala que em caso de recesso deverá ser convocada instantaneamente, mas é aqui que eu queria levantar esta questão, Deputado Joares Ponticelli. Há poucos dias a minha assessoria estava tentando encontrar na Casa esta Medida Provisória, mas não a encontrou. Antes de vir à tribuna eu tive o cuidado de conversar com a assessoria da Mesa para confirmar se esta medida está aqui ou não. E a informação que eu tive é de que a medida provisória não está na Assembléia Legislativa.

Então, acho que dá para achar que essa medida provisória está oculta ou escondida, acho que oculta. E aí eu quero entender!

Sr. Presidente, eu não posso fazer um pedido de informação à Mesa, ao Poder Executivo, porque eles têm 30 dias de prazo para me responder e a medida provisória em 30 dias expira a sua vigência. É um assunto que nós temos que discutir na Assembléia Legislativa!

Eu já estou sendo procurado por elementos que não são professores no exercício em sala de aula, mas que fazem parte do quadro do Magistério Estadual.

Eu, e com certeza V.Exas. também, estou sendo procurado por professores inativos, que deram a sua vida ao Magistério, que vêm me perguntar como está o aumento e o abono deles. E eu tenho que dizer que não existe abono. Foi por isso que nós começamos procurar esse assunto no Diário Oficial e o encontramos no dia 15.

Deputado Joares Ponticelli, considerando que esta é a semana legislativa, quero dizer que essa medida provisória não foi lida no expediente de hoje. Ela só deve aportar a esta Casa, talvez em função desse posicionamento, na terça-feira, dia 26.

Então, nós, Parlamentares, nem vamos ter 20 dias para analisar essa matéria.

Eu gostaria de entender qual é o mecanismo que está sendo usado. Se a medida provisória tem o objetivo de viabilizar a inclusão na folha deste mês desse abono dos R\$ 50,00 e tem necessidade de que haja urgência na sua eficácia, por que é que a Assembléia Legislativa está sendo escanteada desta questão? E por que é que não vem à Casa nem a medida provisória? O projeto de lei, em regime de urgência, o Governo retira da Ordem do Dia. São umas coisas inusitadas que estão acontecendo na Casa que eu gostaria de ter uma explicação.

Tinha adentrado nesta Casa um projeto em regime de urgência, mas foi retirado o regime de urgência. Tem um projeto que fala sobre o custo do Fundef, o qual foi retirado via decreto. Agora, tem uma medida provisória que não aparece. É bem verdade que o Palácio já não está mais aqui, está no interior da Ilha, mas com certeza não é argumento para que, em 10 dias, não recebamos nesta Casa esta medida provisória.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Antônio Ceron, a tática do Governo continua a mesma. Nós já vimos essa tática em outras oportunidades.

A primeira reforma administrativa que o Governo propôs foi numa convocação extraordinária da Assembléia para diminuir os prazos e impedir uma discussão mais ampla.

Depois disso, em janeiro deste ano, tivemos uma nova convocação extraordinária na Assembléia, quando o Governo, com muita generosidade, concedeu 1% de reajuste aos servidores públicos, e também em uma convocação extraordinária taxou esse servidor com mais de 3% do desconto do Ipsc. Esse foi o verdadeiro e único objetivo da convocação extraordinária deste ano: aumentar a contribuição do servidor, tomar ainda mais do já minguado salário do servidor público.

Depois disso tivemos o recente episódio do projeto de lei da Conta Única, episódio não resolvido até hoje, como bem lembra V.Exa., onde tentaram aprovar no afogadilho, no final do primeiro semestre. Eu fui consultado, assim como V.Exa., para saber da possibilidade de incluí-lo na pauta ainda do primeiro semestre, mas agora o Governo não quer mais votar.

Mas também já vimos isso com relação ao projeto da Segurança Pública, que o Governo não aceitou acelerar e depois acabou levando ao seu jeito.

Eu penso que essa estratégia é aquela que nós já vimos.

Veja V.Exa. que a matéria não foi lida ainda, vai ser lida na próxima sessão, que será na terça-feira, e se for lida na próxima terça-feira, a matéria terá de ir para a Comissão de Justiça. Só que na terça-feira seguinte, que é o dia da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, é feriado de Finados e não haverá atividade nesta Casa.

Então, a Comissão de Constituição de Justiça poderia analisar somente no dia 09 de novembro, já no final do prazo.

E a Comissão de Mérito? E o debate aqui no Plenário? E a participação dos demais Deputados?

Parece-me que a intenção do Governo é a usual, é a de sempre, de não deixar discutir, de não permitir o debate e na hora "h" reúne a maioria que o Governo tem; na hora que bem entende atropela, passa por cima de tudo e faz valer a vontade do Executivo.

Infelizmente, esta Casa está sendo, ao longo de todo este Governo, desrespeitada e "tratorada" por um Governo que se diz Parlamentarista, mas que não respeita nem a Casa e nem os Parlamentares, não aceita nenhuma contribuição. Esta é a verdade.

E nós estamos também percebendo isso agora com relação a esta medida provisória.

Parabéns pela preocupação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Obrigado, Deputado Joares Ponticelli. A propósito, na imprensa também nós lemos a informação de que houve um acordo, um entendimento entre o Governo do Estado, o Executivo e o Sinte - Sindicato dos Trabalhadores de Educação. E eu imagino que nesse acordo eles já aduziram ou decidiram também que a Assembléia Legislativa não tem porquê discutir aqui o assunto. Resolveu o Governo com o Sinte, não sei qual o acerto que foi feito para o Sinte aceitar uma medida provisória perniciosa aos servidores da educação.

Servidores da educação são professores, mas não só o professor em sala de aula, não só o ativo. E aquele que deu a vida, Deputado Pedro Baldissera, à Educação.

Por isso, Deputado Paulo Eccel, V.Exa. que tão bem conduz a Secretaria da Educação, sabe que é lá que a Comissão de Mérito discute essa questão.

Nós, Deputados, estamos sendo escanteados da discussão deste assunto, porque volto para concluir, caro Presidente. No dia 15 de outubro, o Diário Oficial publica medida provisória, e o art. 51 diz que de imediato... Não tenho aqui o Aurélio para saber o que quer dizer de imediato, mas imagino que não sejam 15 dias, aí seria na quinzena. Então, de imediato é de imediato.

Uma semana depois a medida provisória não chegou nesta Casa! Deputado Romildo Titon, V.Exa. que é o Primeiro Secretário, até este momento a Secretaria não recebeu a medida provisória, e já se passaram dez dias.

Então, este é o assunto, meu caro Deputado Antônio Carlos Vieira, que trazemos e esperamos que faça eco nesta Casa. E que na próxima terça-feira possamos, no mínimo, discutir de maneira rápida, nas Comissões, este projeto de lei na forma de medida provisória.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Registramos, com muita alegria, a presença do Deputado e Secretário do Desenvolvimento Social, nosso amigo Sérgio Godinho.

Sinta-se bem em nosso meio.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 0147/2004; Projeto de Lei nº 0164/2004; Projeto de Lei nº 0237/2004; Projeto de Lei nº 0508/2003 e Projeto de Resolução nº 0011/2004.

Comunica, outrossim, que a Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário e que, de acordo com o Regimento Interno, não havendo recurso no prazo de três sessões, será arquivada a seguinte matéria: Projeto de Lei Complementar nº 0025/2003.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0261/2004.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0328/2004.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência, verificando que não há quórum qualificado, retira de pauta os vetos seguintes para serem colocados em votação na pauta da próxima sessão ordinária.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauro Mariani, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Srs. Celso Luiz Nunes, Fontanella, Herman Piske e Tânia Gasperim, servidores do Poder Executivo, congratulando-os pela valorosa participação na referida CPI.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, levando o conhecimento de alguns editais de concursos, tanto de âmbito estadual como federal, de Tribunais de Justiça.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, quando V.Exa. for ler um requerimento passe os olhos por cima do nosso Plenário.

Eu gostaria de me associar a este requerimento de autoria do Deputado Mauro Mariani referente ao envio de mensagem telegráfica aos funcionários que deram assessoria técnica à CPI da Casan.

Eu gostaria de assinar este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - O Deputado Mauro Mariani não se encontra presente, mas a Presidência autoriza V.Exa. a assinar o requerimento.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares da Sra. Tereza Didomênico Furguieri, desejando votos de pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado César Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos excelentíssimos Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Braço do Norte, cumprimentando-os pela passagem do aniversário de emancipação política daquele Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria dos Srs. Líderes, que solicita a dispensa de interstício na discussão e votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda Constitucional nº 003/2004.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do Deputado Pedro Baldissera, a ser enviada aos Presidentes do Consuni e Consepe, Conselhos da Udesc, bem como ao Reitor da mesma entidade, solicitando que seja mantido em funcionamento o Curso de Zootecnia implantado na cidade de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Ficam, Srs. Deputados, os vetos para terça-feira e as outras matérias que já estão prontas num volume bem expressivo. Nós solicitamos à assessoria para que providencie todas as matérias que estejam em condições de discussão, para evitarmos o atropelo do final do ano.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Rogério Mendonça.

(Pausa)

Na desistência do Deputado Rogério Mendonça, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Antônio Carlos Vieira, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados...

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Antônio Carlos Vieira, se V.Exa. me permitir, eu gostaria, antes de V.Exa. usar o seu espaço, de fazer um convite a V.Exa., que é de Florianópolis, a todos os Deputados e a todos que assistem à TVAL, para, neste final de semana, irem ao lançamento de um livro de um escritor catarinense, que mora no Paraná, que é cartunista naquele Estado, trabalha também no jornal do Estado do Paraná. Ele se chama Dante Mendonça e, por coincidência, é meu irmão. O nome do livro é o Botecário. É um dicionário internacional de sobrevivência no boteco.

E esse lançamento ocorrerá amanhã, dia 22, às 19h, no Box 32, do Mercado Público; no dia 23, às 10h, no Café Cassol, em Campinas, no Município de São José; e no sábado, às 21h30min, no Armazém Vieira, no Saco dos Limões.

Então, fazemos este convite a V.Exa., a todos os Srs. Deputados e funcionários da Casa para irem ao lançamento do livro de autoria desse escritor catarinense, radicado no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, serei breve.

Desejo apenas dar notícias de duas posições que declarei aqui durante o horário reservado ao meu Partido, até para não deixar passar em branco, como se dissesse alguma coisa e não se efetivasse.

Quero registrar que já dei entrada, e o Sr. Presidente já deferiu a solicitação, da cópia do pronunciamento do Deputado Manoel Mota, em que fez desta tribuna um palanque eleitoral.

Quero dizer que também já tenho em mãos, Deputado Joares Ponticelli, a cópia do material que recebemos da Presidência desta Casa, em que nos dizia o que podíamos fazer ou não durante o período eleitoral, no uso desta tribuna, o que era crime eleitoral e o que não era.

Acho que o Deputado a que me refiro se passou e, portanto, não vou fazer nenhuma apologia de nenhum candidato meu, mesmo porque também não quero incorrer em erro.

Irei somente ler aqui o que escreveu o jornalista Cláudio Prisco Paraíso, no seu canal aberto, o seguinte parágrafo: "A cúpula do PSDB vai sugerir um mínimo de aparição pública do Governador, em Florianópolis, a fim de evitar que os adversários procurem colá-lo ao candidato Berger, o que já vem acontecendo em santinhos e em materiais apócrifos."

Parece-me que o PSDB não quer o apoio do Governador Luiz Henrique da Silveira, e ficam aqui Deputados fazendo elogios ao candidato que não quer o seu Governador como cabo eleitoral da sua campanha.

Sobre isso não vou falar absolutamente nada porque acho que estaria também em curso em algum crime eleitoral e não quero cometer o mesmo erro que cometeu o Deputado Manoel Mota.

Ontem, fiz um registro sobre o Decreto nº 2.514, de dia 05 de outubro de 2004, que concede um crédito presumido, com o descumprimento das Constituições Federal e Estadual, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei nº 5.172, da Lei nº 4.320 e assim por diante.

Quero dizer que já dei entrada à representação feita por este Deputado à Comissão de Constituição e Justiça, para que esse malsinado decreto seja efetivamente sustado.

Mas, Deputado Joares Ponticelli, eu tenho uma convicção muito forte de que o Governador do Estado, quando tomar conhecimento das nossas críticas a esse decreto e quando tomar conhecimento dos equívocos que o levaram a assinar esse decreto, irá se apressar e anular esse decreto porque é ilegal, irregular e imoral.

Nós podemos ter várias divergências com o Governador do Estado, mas essa pecha pelo menos até hoje eu não colocaria na cabeça do atual Governador do Estado por ter feito qualquer tipo de imoralidade com relação à coisa pública.

Então, nesse caso, tenho certeza de que ele irá, ao apreciar as nossas denúncias, sustar esse decreto.

Mas eu assomei à tribuna para fazer este registro e dizer que vou continuar me controlando para não fazer propagando política no período eleitoral, porque entendo que, embora tenhamos mandato popular por sermos Deputados e achamos que podemos fazer tudo, não podemos usar a televisão para fazer alguma coisa que seja sabidamente irregular e ilegal. É o que foi feito hoje, aqui, e eu não vou entrar também nessa mesma linha.

Mas vou, sim, esperar e hoje tenho certeza de que a Mesa desta Casa encaminhará a nós a cópia da fita. Hoje, ainda, quero começar a elaborar a petição ao Tribunal Regional Eleitoral, aguardando, com muita ansiedade, a decisão do Tribunal Regional Eleitoral, porque tenho certeza de que dali surgirão alguns encaminhamentos.

Se for possível e se for possível fazer o que foi feito, eu, com toda a tranquilidade do mundo, vou acatar a decisão e vou passar a fazer disso aqui um palanque eleitoral até o dia 31 de outubro. E nas futuras eleições, se houver, vamos também aqui fazer apologias políticas, embora contrariando qualquer lei.

Mas decisão deve ser respeitada, e vou aguardá-la, porque tenho certeza de que ela se dará antes do dia 31 de outubro. Até lá vamos aguardar, não vou fazer nenhum pronunciamento que envolva esse ou aquele candidato, nem a favor e nem contra, porque me atrelo politicamente e tenho certeza de que não posso jogar minha imagem nos lares do povo catarinense que não é obrigado a me assistir fazendo a propaganda de um candidato ou do meu candidato. Não gostaria de adentrar à sala da casa do catarinense, principalmente porque a lei eleitoral não permitiria o acesso da minha imagem na sua casa.

Por isso vou acatar qualquer que seja a decisão, mas vou, sem nenhuma dificuldade, sem nenhum problema com o Deputado a que me refiro. Mas entendo que se foi cometida uma falha, que ela seja pelo menos declarada e registrada por quem de direito. Vou aguardar com toda a serenidade e vou acompanhar tudo, porque ele vai ser o condutor das minhas futuras posições dentro desta Casa até o dia 31 de outubro.

Não vou ocupar todo o meu tempo, porque não quero também cansar os Deputados. Tenho certeza de que outros Deputados também querem fazer uso deste horário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado César Cim, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, gostaria de fazer uma sugestão: seria melhor se o horário ficasse no lado de lá e o nosso painel aqui, para que pudéssemos acompanhar melhor. Se alguém já fez esta sugestão, então, peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Houve uma queda de energia, Deputado, mas na próxima sessão este problema será resolvido.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Muito obrigado, Sr. Presidente. E tem um refrão popular que diz que corrente nenhuma é mais forte do que o seu elo mais frágil. E é verdade, se um elo é frágil, a corrente toda é fragilizada.

Transferindo esse adágio, esse refrão popular da sociedade, é perfeitamente válido porque uma sociedade, enquanto tiver algum dos seus componentes em situação difícil, passando necessidade - e falo agora especificamente de emprego -, enquanto um brasileiro estiver desempregado, a sociedade brasileira toda será frágil por falta de justiça social, por falta de cidadania.

E, falando em desemprego, o Brasil está pródigo em desemprego. E uma das causas desse desemprego, sem dúvida alguma, é a grande carga tributária que impede que o produtor possa desenvolver a sua produtividade. Quem gera emprego é o produtor, e se o produtor não produz, ele não gera emprego.

O Brasil ocupa a desavergonhada posição de líder mundial na cobrança de tributos, já disse isso e vale repetir.

Estamos atingindo a desesperadora carga tributária que chega a 40% do nosso PIB. Atinge as raízes da extorsão.

Também tenho dito que tem sido mais fácil criar tributo do que tirar pirulito da boca de criança, porque a criança, quando perde o pirulito, põe a boca no mundo e o brasileiro tem se quietado, se acomodado quando é vítima da impingência, da ganância tributária em todos os níveis.

Para agravar esta situação, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, temos a burocracia.

Não bastasse a carga tributária que é imposta ao empresário brasileiro, a burocracia também caminha paralelamente a essa injustiça e faz com que as coisas se agravem cada vez mais.

Já fiz referência, mas pela gravidade da denúncia, pela gravidade que encampa o escrito que recebi, que V.Exa certamente também recebeu, não é demais repetir.

Tenho em mãos uma correspondência da Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina, que não suporta mais o tamanho da burocracia. E isso é importante, pelo menos, para que a sociedade tome conhecimento do emaranhado de exigências que são impostas ao contribuinte brasileiro.

Em nível federal, temos:

"DIPI" - Declaração de Imposto das Pessoas Jurídicas;
DCTF - Declaração de Contribuições e Tributos Federais;
DIRF - Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte;
DIRPF - Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física;
DIPI - Declaração de Imposto sobre Produtos Industrializados;
DCP - Demonstrativo de Crédito Presumido - IPI;
DNF - Demonstrativo de Notas Fiscais - IPI;
PER/DCOMP - Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e Declaração de Compensação;
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte;
INFORMES DE RENDIMENTOS DE PESSOAS FÍSICAS;
INFORMES DE RENDIMENTOS DE PESSOAS JURÍDICAS;
LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real;
IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica;
CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido;
PIS S/FATURAMENTO;
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social;
DACON - Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais;
DIMOB - Declaração de Informações s/ Atividades Imobiliárias;
DECRED - Declaração de Operações de Cartão de Crédito;
DITR - Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural;
DAI - Declaração Anual de Isento; SIMPLES FEDERAL;
LIVRO REGISTRO APURAÇÃO IPI;
LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS DO IPI;
LIVRO REGISTRO DE SAÍDAS DO IPI;
LIVRO REGISTRO E CONTROLE DA PRODUÇÃO E ESTOQUES;
LIVRO DE REGISTRO DE INVENTÁRIO." Isso, Sr. Presidente, Srs. Deputadas e Sras. Deputadas, somente em nível federal.

Ninguém suporta mais isso, e têm razão os nossos contabilistas em clamarem, bradarem contra essa imposição, contra essa injustiça cometida com aqueles que são os geradores de tributos neste País, que são os empresários.

E em nível estadual temos:

"DIEF - Declaração de Informação Econômico Fiscal Anual;

GIA - Guia de Informação e Apuração do ICMS;

ECF - Emissor de Cupom Fiscal;

LIVRO DE REGISTRO E APURAÇÃO DO ICMS;

LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS;

LIVRO REGISTRO DE SAÍDAS;

ICMS Guia;

ICMS Guia de Substituição Tributária;

SIMPLES ESTADUAL - Guia

AUTORIZAÇÃO PARA IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS;

DARE - Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais;

SINTEGRA - Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais de Comércio de Mercadorias e Serviços.

MEMORANDO DE ESPORTAÇÃO

Afora isso, temos ainda os tributos municipais:

"Municipal

Livro Registro ISS

Guia ISS

Trabalhista e Previdenciária

Livro de Inspeção do Trabalho;

Livro Registro de Empregados;

Folha de Pagamento;

Vale Transporte;

RAIS - Relação Anual de Informações

Sociais;

Contribuição Sindical Patronal e de Empregados;

Contribuição Confederativa;

Contribuição Assistencial;

Contribuição Associativa;

NR 7 - Norma Regulamentar;

NR 9 - Norma Regulamentar;

PIS S/Folha de Pagamento;

GPS - Guia de Previdência Social;

GFIP - Guia de Recolhimento de FGTS e

Informações à Previdência Social;

CAGED - Cadastro Geral de Empregados

e Desempregados."

Os contabilistas não suportam mais essa grande sacanagem que, repito, é imposta ao nosso setor produtivo.

E dentro dessa linha de raciocínio, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu me deparei com um artigo muito oportuno publicado na coluna Opinião do Jornal de Santa Catarina, cujo título é A Odisséia dos Pequenos, onde se faz referência de que o Estado de Santa Catarina está entre os Estados brasileiros que mais respeita o contribuinte e que tem a menor exigência de documentação.

Encerra o artigo nestes termos: "Mas o exemplo é uma exceção à regra. Um obstáculo a ser afastado é a burocracia que, no País, impõe nada menos que 17 procedimentos e 152 dias para abrir uma oficina mecânica de fundo de quintal."

Ou seja, 152 dias para abrir uma "esquentoreira", como diria o tucano, Deputado Joares Ponticelli.

(Continua lendo)

"Além disso, as pequenas e microempresas suportam carga tributária que é superior a 15% do seu faturamento anual e mensal, além de encargos sociais que oscilam entre 60 e 100% dos salários que pagam."

Isso é uma loucura, isso é extorsão e, como diria o migrante, é roubo mesmo!

(Continua lendo)

"E diante dela, cabe perguntar a quantas anda o prometido projeto de lei complementar destinado a oferecer condições mais favoráveis à formalização de pequenos negócios no País."

É lamentável, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que além de toda carga tributária que nós estamos enfrentando, também tenhamos que enfrentar a burocracia que atravança o progresso, como diria o caboclo. É uma pena que nós tenhamos que ocupar a nossa tribuna para fazer um registro tão deprimente, tão lamentável, tão triste como esse da carga tributária brasileira e da burocracia que caminha paralela a ela.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo

Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Dionei Walter da Silva.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Dionei Walter da Silva, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu fico satisfeito que o Deputado Manoel Mota tenha voltado ao Plenário, ele que já ocupou a tribuna hoje, fez um comício, saiu e agora retornou. Mas fico satisfeito porque, quem sabe, assim ele possa ouvir atentamente e nos trazer algumas explicações, algumas informações, já que tem se portado como o porta-voz oficial do Governador nesta Casa, atropelando, inclusive, o próprio Líder do Governo.

Aliás, depois do resultado eleitoral no Sul do Estado, Deputado Antônio Carlos Vieira, o Deputado Manoel Mota não fala mais do Sul, ele não quer mais saber de comentar os resultados eleitorais de Tubarão, de Criciúma, de Araranguá, sua cidade natal, e nem das regiões da Amrec, da Amurel e da Amesc.

Ele, como eu já disse, invadiu a área do Deputado João Henrique Blasi, do Deputado Mauro Mariani, do Deputado Herneus de Nadal, do Deputado Romildo Titon. Está procurando se apresentar como Parlamentar das regiões onde o PMDB teve algumas vitórias. O Sul do Estado está abandonado por V.Exa., Deputado Manoel Mota. Até em Tubarão, Município ao qual V.Exa. se referiu hoje, o time do PMDB está esperando orientação, porque precisa assimilar aquele resultado.

Mas, Deputado Manoel Mota, V.Exa., como já disse, tem sido o porta-voz oficial do Governador nesta Casa. Não é Líder do Governo, é porta-voz oficial, inclusive parece-me que V.Exa. fez um comício aqui a pedido do Governador do Estado, aquele do qual nós já pedimos a cópia da fita.

Deputado Manoel Mota, eu vou reproduzir, até para que fique registrada nos Anais desta Casa uma nota publicada na coluna do comentarista Moacir Pereira. Diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Desfiliação

O advogado Eimard Pires enviou carta ao Diretório Municipal pedindo o cancelamento de sua filiação no PMDB. Entre os motivos aponta: '1. Falta de consulta ao Diretório Municipal. 2. Perda de identidade do Partido em Florianópolis, queimado pela cúpula governamental. 3. Apoio à candidatura que nada tem a ver com Florianópolis, trata-se de um paraquedista."

Não vou comentar nada. Está na coluna do eminente articulista político Moacir Pereira, no dia de hoje, e serve para V.Exa. fazer uma reflexão e depois dizer-nos alguma coisa.

Vou ler também, na íntegra, sem nenhum comentário, para não incorrer no mesmo erro que V.Exa., que fez um comício do qual, com certeza, decorrerão conseqüências. Mas vou ler, repito, para que fique registrada nos Anais desta Casa, a nota de abertura do colonista Cláudio Prisco Paraíso, do dia de hoje, com o título "Imobilização governamental". Diz a nota:

(Passa a ler)

"Luiz Henrique da Silveira desembarca hoje, pela manhã, em Brasília, depois de quase duas semanas no exterior, em viagem prolongada a pedido do PSDB. Só deve retornar ao Estado no fim da tarde, justamente para não se encontrar com os Senadores Tasso Jereissati e Artur Virgílio, que vieram a Florianópolis pedir votos à

candidatura do seu Partido. Amanhã será a vez do Governador Aécio Neves, colega de Luiz Henrique da Silveira, que providencialmente também não estará na Capital para evitar dissabores e constrangimentos eleitorais. Luiz Henrique vai aproveitar o aniversário de casamento para esticar com a mulher, neste fim de semana, bem longe das atividades de campanha deste segundo turno."

Prossegue a nota:

(Continua lendo)

"O Governador só vai reaparecer na segunda-feira, na derradeira semana do embate das urnas em Florianópolis. Tucanos de alta plumagem já se prepararam para reiterar a Luiz Henrique da Silveira que não produza nenhuma declaração. Temem por contaminação, tendo em vista o elevado índice de rejeição de Luiz Henrique na Capital. A cúpula do PSDB vai sugerir o mínimo de aparição pública do Governador em Florianópolis, a fim de evitar que os adversários procurem colá-lo ao candidato, o que já vem acontecendo em santinhos e materiais apócrifos. Diante da verdadeira camisa de força, Luiz Henrique embarca no dia 02 para novo roteiro internacional."

Deputado Manoel Mota, eu imagino que V.Exa. deva ficar constrangido ao ler que tratamento está sendo dado ao Governador. Isso deve ferir o coração de V.Exa. Estão escondendo o Governador, mandando viajar, dizendo que não o querem. Que situação triste para um Governador que não completou nem a primeira metade do Governo ainda, Deputado Manoel Mota.

É uma situação diferente daquela que V.Exa. propala aqui diariamente! V.Exa. diz que ele é um grande Líder, que Santa Catarina está sorridente com seu Governo, que a Capital está contente. Não é o que a imprensa e seus aliados dizem, Deputado Manoel Mota. O esforço de V.Exa. é compreensível, mas essas notícias carecem de uma explicação de V.Exa., que, como disse, é o porta-voz oficial do Governador, fazendo inclusive comício nesta Casa a pedido do Governador Luiz Henrique da Silveira.

Por falar nisso, Deputado Manoel Mota, eu também quero que V.Exa. nos diga o que o Governador produziu nessa viagem à Rússia. Sabe, Deputado Manoel Mota, eu acompanhei atentamente as notícias de todo esse período em que o Governador esteve no exterior, especialmente em Moscou, de novo.

Eu não sei se tem uma Secretaria de Desenvolvimento Regional implantada em Moscou ou se apenas o Balé Bolshoi move tanto o sentimento e a agenda do Governador para aquela parte do mundo, porque com relação à carne suína, Deputado Manoel Mota, quanto aquilo que foi colocado aqui como verdadeiro propósito de levar o Governador para o exterior, para a Rússia, a reabertura do mercado russo para as exportações catarinenses, não foi publicada nenhuma notícia!

Eu também não estou lendo hoje informação de que o Governador vai conceder uma coletiva para fazer um balanço da viagem. Não tem nada para apresentar, Deputado Manoel Mota? Essa viagem não produziu nada, concretamente, efetivamente em favor dos produtores, do setor primário de Santa Catarina? Não era esse o motivo?

Quero dizer a V.Exa. que sou a favor, que penso que os Governos devem empreender viagens internacionais. Sou um defensor disso! Inclusive que em cada evento esta Assembléia Legislativa esteja representada! V.Exa. acompanhou o Governo Esperidião Amin em várias missões ao exterior, assim como eu. Nunca acompanhei este, mas sou a favor. Não voto contra, pois acho que essas missões são importantes. Mas é preciso, Deputado Manoel Mota, que apresentem um balanço, que mostrem para Santa Catarina o que foi feito, o que o Governador produziu nessa viagem.

Foi montada uma verdadeira operação de guerra, Deputado Pedro Baldissera, para colocar os Deputados da base do Governo aqui, há duas semanas, para autorizar o Governador a

viajar. Eu nunca vi tanta movimentação governamental. Era avião indo e vindo, buscam Deputados, procuram Deputados, caçam Deputados para colocá-los aqui, e sem necessidade, Deputado Dionei Walter da Silva, porque iríamos votar. Não somos contra a nenhuma viagem do Governador para o exterior! Mas nós queremos saber qual o resultado!

Essa viagem não era importante para o setor primário, para a agroindústria, para os produtores, especialmente de suínos? A sua região também carece de informações, Deputado Pedro Baldissera, assim como a minha, que é uma grande produtora.

Qual foi a notícia produzida por essa viagem até o presente momento? Nenhuma. E no dia 2 o Governador vai de novo para o exterior! Não sei qual é o motivo da viagem, não sei o que Santa Catarina vai ganhar com isso. Reitero que viagens internacionais devem ser empreendidas, mas não apenas para fazer turismo! Elas têm que produzir algo concreto em favor da gente catarinense, porque Sua Excelência viaja, não produz nada e não governa!

Eu tenho dito sempre, algum tempo já, que o que falta para Santa Catarina é um Governador que comande, de fato, administrativamente o Estado. O que nós percebemos, Deputado Manoel Mota, é que nós temos um Governador que só pensa em votos, em arranjos, em acertar com o candidato do Partido "a", "b" ou "c", dependendo dos interesses locais. Mas para Santa Catarina falta um Governador, um Chefe do Poder Executivo que tenha as rédeas do Governo na mão.

Veja a situação aqui levantada pelo Deputado Antônio Ceron com relação à situação do professor, do funcionário público, Deputado Manoel Mota. Nós precisamos de um comandante administrativo para este Estado. V.Exa., que é o porta-voz do Governador, leve essa mensagem a ele, faça uma reflexão com ele! Não fique só sendo usado pelo Governador para pedir votos para o candidato dele aqui na Assembléia porque isso é proibido pela Lei. O Governador não pode pedir a V.Exa. para vir aqui pedir votos para o seu candidato; ele tem que dar satisfações a V.Exa. para trazer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Afrânio Boppé, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPÉ - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, assomo à tribuna no dia de hoje para me manifestar e esclarecer sobre o que vem acontecendo no segundo turno das eleições em Florianópolis, mais precisamente no horário eleitoral gratuito de televisão, onde, desde terça-feira, um dos candidatos veicula no seu programa de televisão uma imagem minha quando da participação em um debate na TV Barriga-Verde.

No primeiro turno eu, como candidato, participei de inúmeros debates, dentre eles o na TV Barriga-Verde. Em todos os debates, no rádio ou na televisão, os candidatos, por meio de seus comitês ou representantes, assinavam um compromisso que proibia o uso das imagens daquele debate naquela rede de televisão para editar em seu programa eleitoral e gratuito.

Participei da eleição no primeiro turno e assim me comportei, não editei imagem de nenhum debate, e hoje fico surpreso porque desde terça-feira à noite (quarta-feira de manhã e quarta-feira à noite) o candidato do PSDB, Dário Berger vem utilizando imagens minhas sem autorização, inclusive quebrando o protocolo, o registro que todos os candidatos e comitês assinaram, deram a palavra àquele veículo de comunicação.

Sinto-me na obrigação de vir à tribuna para me manifestar porque a tribuna é um dos espaços que tenho e uso-a como recurso para poder explicar à população, especificamente a de Florianópolis, que as minhas imagens que estão hoje sendo editadas, veiculadas no programa do PSDB não têm a minha autorização.

E digo mais: já no dia de ontem tomei providências, no período da manhã, e ingressei com um pedido judicial para retirar a inserção das minhas imagens na propaganda eleitoral, e pedindo inclusive o direito de resposta. O que acontece é que fico boquiaberto diante da morosidade da Justiça, que já devia ter emitido uma opinião, se pode ou não, se deve ou não deve. E o candidato Dário Berger continua reproduzindo a imagem e a Justiça não se manifesta.

Isso é injusto, não concordo! Porque se o candidato tem razões para criticar o seu adversário, como eu tenho razões, que o faça pela sua própria boca, pela sua própria palavra, que não me use para fazer críticas! Eu não aceito que o candidato Francisco de Assis me use para fazer críticas ao candidato Dário Berger e não aceito que o candidato Dário Berger me use para fazer críticas ao candidato Francisco de Assis!

O povo de Florianópolis me tirou do segundo turno! Agradeço pelos 34.857 votos de confiança que eu tive, mas que os dois candidatos no segundo turno sejam suficientemente valentes e com seus próprios recursos e com sua própria inteligência para fazer o debate; que discutam as diferenças, mas, por favor, o importante é aqui chamar pelo compromisso, pela ética.

Talvez eu tenha vindo à tribuna indevidamente, talvez não fosse o espaço, mas eu não estou conseguindo dizer por outros meios que essas imagens que estão aí não foram autorizadas por mim! Tentei fazer isso por via judicial, mas a Justiça ainda não se pronunciou. Então, uso este espaço apenas para justificar, porque quem está aparecendo no programa não é só um ex-candidato, mas um Deputado Estadual. E este é o espaço em que me sinto no dever de usar para corrigir.

Não tenho a pretensão de, ao me posicionar, criticar "a" nem "b", apenas de reparar a verdade e dizer que o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, de Florianópolis, definiu uma posição. A posição do PT, após muitas reuniões, de discussões em seu diretório, de maneira legítima, em debate com as bases, decidiu que as duas candidaturas que passaram para o segundo turno estão muito distantes do nosso ideário político, muito distantes de nosso programa de governo, da nossa concepção de cidade. Por isso que o PT não recomenda voto nem para um nem para outro.

O diretório estadual do PT de Santa Catarina também aprovou, na sua executiva, que seguiria a mesma orientação do Partido na Capital. Então, a posição do PT de não se manifestar favoravelmente nem a um nem a outro é uma posição do Diretório Municipal de Florianópolis e também da nossa executiva estadual.

Faço questão de registrar, sob pena de os eleitores, os cidadãos que estão assistindo à propaganda eleitoral e gratuita na região de Florianópolis, interpretem que a minha presença no horário eleitoral gratuito do candidato Dário Berger tenha tido o consentimento de minha parte e de meu Partido. Não! Na verdade ela fere profundamente um acordo estabelecido na emissora de televisão, onde todos os candidatos empenharam a palavra de que não iriam editar imagens. Mas a usam indevidamente, sem a minha autorização.

Peço desculpas aos Deputados, mas eu me sinto na obrigação de vir à tribuna, neste momento, para reparar esse tipo de situação.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Herneus de Nadal.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Herneus de Nadal, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa se pronunciou durante toda a campanha eleitoral. Nesta Casa, os Parlamentares... e o Deputado Joares Ponticelli foi um dos que todos os dias fazia o seu carnaval, o seu pronunciamento em defesa do Prefeito de Tubarão. Estou mentindo? Ou estou falando a verdade?!

Muitos Parlamentares usaram esta tribuna e fizeram o mesmo que eu fiz! Só porque era sobre Tubarão ou outra cidade... Ou Florianópolis, a nossa Capital, está situada em outra região? Não deve ser em Santa Catarina, porque convivemos durante toda a campanha com os Deputados fazendo seus pronunciamentos colocando seus candidatos em um patamar de vitória! E o Deputado Joares Ponticelli fez "n" pronunciamentos em defesa do candidato de Tubarão. Se nós revermos as fitas vamos penalizar muita gente aqui dentro.

Quero dizer que o Deputado Joares Ponticelli, da mesma forma que eu, veio aqui para fazer campanha, veio aqui bater no Governo, fazendo campanha para o seu candidato! Eu também quero requerer a fita do pronunciamento do Deputado Joares Ponticelli! Se é para colocar o carro no trilho, vamos colocá-lo.

Então, vou pedir a fita do pronunciamento do Deputado Joares Ponticelli, em que tenta denegrir a imagem do Governador do Estado de Santa Catarina, um homem honrado como é. Para quê? Para fazer campanha para o seu candidato! Ou alguém aqui é ingênuo a ponto de não enxergar, de não ver isso. É evidente que cada um que está aqui passou pelo crivo das urnas e com certeza é capaz e inteligente para não se deixar envolver por pessoas.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! V.Exa. é um homem experiente e competente e vai contribuir com o meu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Obrigado, Excelência.

Só gostaria de registrar a colocação muito inteligente de V.Exa., de que a crítica também é uma forma disfarçada e às vezes até ligeiramente covarde de fazer propaganda para o outro candidato!

V.Exa. está de parabéns, pois colocou muito bem! Faço minha as palavras de V.Exa. E vamos controlar daqui para frente. Se criticar, também nós vamos pedir a fita, porque é, sem dúvida nenhuma, uma forma, repito, indistintamente, latente, de fazer propaganda contra o outro candidato. Concordo com V.Exa. Vou colaborar com V.Exa. no sentido de que isso também seja fiscalizado. Não significa dizer com isso que concordo com V.Exa. em fazer também uma propaganda positiva, com todo o respeito.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, Deputado Cezar Cim, que com a sua competência veio clarear mais o meu pensamento.

Perguntaram o que o Governador fez durante a viagem dele. O Deputado Joares Ponticelli, que mora na região Sul do Estado, não sabe os grandes empresários que tem Santa Catarina e que precisam encaminhar seus produtos - a carne suína e outros - para a Rússia. E vem aqui tentar jogar uma imagem totalmente diferente, a de que o Governador ficou em Brasília porque não quer se encontrar com os Senadores que vêm aqui?! O vice-Governador vai estar junto no almoço! Não tem que tentar criar uma imagem que não existe! Eu creio que o Deputado Joares Ponticelli deve sonhar durante a noite e depois vem para cá e coloca o sonho como prática.

Por que tudo isso? Porque perdeu o Governo. Não admite que perdeu o Governo! E vem aqui mentir para a população dizendo que eu viajei com o seu Governador Esperidião Amin... Eu nunca viajei com o seu Governador Esperidião Amin! O seu ex-Governo.

Não adianta vir aqui tentar enganar porque não é fácil enganar um Parlamentar nem a população, que é competente e inteligente. Não adianta, no seu desespero, vir aqui jogar lama numa pessoa honrada, como é o Governador Luiz Henrique da Silveira. Fala aqui em aumento dos servidores públicos, mas no seu Governo, quando era Líder nesta Casa, em dois anos e meio não houve um centavo de aumento! Desminta-me! E agora vem aqui com esse negócio de que não deu aumento para a educação, de que não deu aumento para a saúde...

Chega de demagogia! Está na hora de a verdade prevalecer! Não adianta demagogia, não adianta dizer tudo isso só para fazer campanha para o seu candidato aqui em Florianópolis! Isso está muito claro em seu pronunciamento, nesta sessão.

As vezes eu fico triste porque em momento algum disse que era porta-voz do Governo. Eu sou Líder da Bancada do PMDB e orgulho-me disso! Eu falei que defendo o Governo porque acho injustas as críticas irresponsáveis que são feitas aqui contra o Governador Luiz Henrique, que é um homem honrado, sério e que tem no seu passado uma história que orgulha os catarinenses. São 36 anos de vida pública sem uma mancha. Os processos que existem contra ele são de quando fez asfalto na periferia de Joinville, atendendo a população pobre, carente. Eu também faria o mesmo e responderia aos processos, porque são processos que orgulha o homem público, pois foram por atender uma sociedade desigual, sofrida. Esses são os processos que atingem o Governador.

Evidentemente que não podemos aqui ficar desesperados porque o Sr. Deputado Joares Ponticelli perdeu as eleições. Quando dizíamos que iríamos ganhar ele fazia um sorriso irônico. Agora não admite e fica aqui tentando manchar a imagem de um Governo que recebeu a maioria dos votos dos catarinenses para administrar Santa Catarina, para buscar alternativa.

Se o Governador está em Brasília, está a trabalho. Em vez de retornar, foi para Brasília trabalhar, buscar alternativas para Santa Catarina. Essa é a pessoa em quem o povo catarinense confiou e acreditou para Governar o nosso Estado.

Então, não vamos admitir, em hipótese alguma, essa forma de vir aqui com críticas infundadas, levantando questões que não existem - dizer que o Governador não veio aqui para não se encontrar... É profeta? De falsos profetas este País está cheio, e este Estado também! Se tivesse tanto poder assim para adivinhar estaria milionário! É só jogar na Loteria Esportiva que acerta todos os números!

Eu penso que política não se faz com o fígado, com ironia, com raiva, com rancor. Política se faz com amor, com determinação, com respeito ao próximo. Com esses sentimentos é que se faz política! Eu sempre fiz política construindo e não destruindo. Mas o Deputado Joares Ponticelli só sabe fazer política destruindo.

Será que o que foi feito em Santa Catarina nada serviu para o Deputado Joares Ponticelli? Nada? Tudo o que foi feito pelo atual Governo nada presta e para nada serve? Será que a sociedade está vendo dessa forma? Esse homem foi eleito pelo povo para ajudar a construir e não para destruir! Mas o seu papel, Deputado, é para destruir.

Eu fui da Oposição por várias vezes - agora sou Governo -, mas sempre votei favorável ao projeto que acreditava ser importante para Santa Catarina e votava contra quando era de interesse pessoal. As vezes fui duro nas críticas, quando o projeto não interessava ao povo, mas sempre num nível elevado. Mas o Deputado Joares Ponticelli faz com que tenhamos de descer de patamar para fazer esse tipo de defesa, a críticas infundadas, que não levam a nada, que só destroem.

Eu não posso ficar de braços cruzados vendo o meu Governo, o qual me orgulho defender aqui na Assembléia Legislativa, ser tratado dessa forma, com total desrespeito.

Nós temos a TVAL transmitindo para Santa Catarina, assim como o jornal da AleSC, que têm que ser respeitados. Em alguns momentos das eleições vemos também alguns setores da imprensa se posicionando para um lado... Quer dizer, nós cometemos os nossos erros, mas todos cometem também os seus. Por isso algumas notas levadas neste instante são de emoção pela eleição...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, o art. 100 do nosso Regimento Interno registra:

(Passa a ler)

"Art. 100. O tempo que se seguir à leitura da ata e distribuição do expediente será destinado aos Deputados inscritos para breves comunicações, podendo cada um falar por dez minutos e apenas uma vez.

§ 1º A inscrição dos oradores para breves comunicações e para explicação pessoal será feita em lista única.

Art. 107. O Presidente concederá a palavra aos Deputados inscritos na lista única, pela ordem, e que não tenham feito uso da palavra no tempo destinado às breves comunicações, cabendo a cada uma falar sobre assunto de livre escolha, por até dez minutos, prorrogáveis por mais dez, se não houver outros oradores inscritos."

Eu pergunto a V.Exa. se agora podemos falar duas vezes ou continuamos respeitando o Regimento, podendo falar uma vez só. O Deputado falou duas vezes. E quem falou no horário do PMDB foi o Deputado Rogério Mendonça, sobre o problema da banana.

Não quero questionar; só quero saber, porque, se puder, daqui para frente nós vamos fazer esse registro. Eu vou falar duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputado Antônio Carlos Vieira, V.Exa. tem razão. Realmente, o Deputado Manoel Mota não poderia ter falado. Peço desculpas, porque houve uma troca de Presidente (eu substituí o Deputado Onofre Santo Agostini) e não percebi que S.Exa. havia falado anteriormente, nas primeiras inscrições.

Então, V.Exa. tem razão. Não é permitido, mas devido à troca de Presidentes eu não percebi que o Deputado estava escrito pela segunda vez.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, como é uma lista única, eu gostaria que a assessoria da Mesa orientasse os Presidentes que forem se colocando, na devida ordem, no comando do Plenário, porque não podemos pensar que o Presidente anterior concedeu a palavra e o Presidente atual não tem a informação, deixando, portanto, falar pela segunda vez.

Eu gostaria, simplesmente, sem qualquer questionamento - até aceito a posição de V.Exa., que já comunicou que está registrado e, portanto, não vou poder me inscrever duas vezes na próxima sessão - que ficasse bem claro que eu não quis interromper o Deputado Manoel Mota com respeito a ele! Porque achei que a partir do momento em que a Mesa do Plenário chamou-o para falar, a Mesa tinha a devida orientação. Por isso eu cobrei depois que o Deputado Manoel Mota havia se pronunciado.

Eu gostaria que tomassem essa cautela, que a assessoria orientasse a Mesa para que esse fato de descumprimento do Regimento Interno não voltasse a acontecer.

Eu, por exemplo, não vou voltar a me inscrever para fazer uma colocação contra o que o Deputado Manoel Mota falou porque eu respeito o Regimento Interno.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Vou repetir, mais uma vez, que houve uma falha da Mesa por causa da troca de Presidentes para a condução dos trabalhos. Vamos procurar fazer com que não aconteçam mais essas situações. O Regimento é muito claro. Não poderia ter usado a palavra duas vezes, a não ser se a tivesse usado no horário do Partido. Mas houve uma falha e pedimos desculpas ao Deputado Antônio Carlos Vieira e a todos porque eu não percebi esta questão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Este é meu quarto mandato, e em todos os mandatos o Deputado se inscreve em Breves Comunicações e em Explicação Pessoal! Há Deputado que usa três vezes; até o horário do Partido!

Eu não fui comunicado em nenhum momento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está no Regimento, na última modificação.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Foi o que acabou acontecendo! Como eu não estava acostumado, acabei inscrevendo-me. Mas isso tem acontecido constantemente ainda.

Quando o Regimento foi mudado? Não faz dois dias, porque tenho visto o Deputado Joares Ponticelli falar em Breves Comunicações, no horário dos Partidos Políticos e em Explicação Pessoal. Vamos cuidar para não aceitar que quem se inscreveu para um horário se inscreva em outro.

Creio que foi bem levantado pelo Deputado Antônio Carlos Vieira, mas não li esse trecho no Regimento.

Hoje foi o dia de levantar problemas, e acabei causando um problema na Assembléia, mas, infelizmente, não percebi que houve alteração no Regimento.

Obrigado Sr. Presidente!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, eu sou de tempo em que poderia acontecer o que aconteceu, só que houve uma alteração regimental.

O meu questionamento é o seguinte: em que época se deu essa alteração regimental, quando foi estabelecida essa nova norma regimental?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Desde o início desta Legislatura, quando foi posto em prática o novo Regimento. A reforma que houve no novo Regimento teve essa alteração.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Para esclarecer, eu gostaria, até para corrigirmos em definitivo, que V.Exa. determinasse à assessoria que promovesse um levantamento para ver se o único transgressor foi o Deputado Manoel Mota; que fizesse um levantamento das últimas participações de todos os Parlamentares para ver se o Deputado Manoel Mota foi o único, porque eu tenho a impressão que já presenciei a participação de Deputados se pronunciando em Breves Comunicações, no horário dos Partidos Políticos e em Explicação Pessoal.

Então, que se fizesse um levantamento, sem querer exercer qualquer tipo de caça às bruxas, porque eu acho que foi um pequeno incidente, mas que serviu para nos alertar.

Eu estou sentindo que o Deputado Manoel Mota, que é um excelente companheiro, aguerrido, leal, está virando saco de pancada. Nós não vamos consentir isso. Daqui a pouco vamos entrar na briga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputado Francisco Küster, só para esclarecimento, a reforma regimental foi feita no ano passado e colocada em prática no início desta Legislatura. E muitos Deputados ainda não se aperceberam. Mas a Mesa tem tido todo o cuidado nesse sentido, porque ficou muito claro que existe apenas uma lista. Antigamente nós tínhamos duas listas - Breves Comunicações e Explicação Pessoal -, mas a partir da reforma regimental passou a haver uma só lista e nenhum Parlamentar pode constar duas vezes na lista do mesmo dia.

O que pode ter havido em outras oportunidades foi momentos como esse: na troca da Presidência, quem estava na condução dos trabalhos não se apercebeu que o Deputado havia falado em Breves Comunicações. Mas é permitido usar o horário dos Partidos Políticos e uma das opções - Breves Comunicações ou Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Primeiramente, quero deixar bem claro, Sr. Presidente, que eu não quis com isso atrapalhar ou atacar o Deputado Manoel Mota, mesmo porque eu deixei que S.Exa. concluísse os seus dez minutos.

Agora, o Deputado Francisco Küster vem aqui colocar que estamos massacrando o Deputado Manoel Mota? E faz uma acusação? Se S.Exa., em algum momento soube de algum Deputado que falou duas vezes, que dê o nome! Agora, não fique jogando no ar!

Outra coisa. V.Exa. diz que vai partir para a briga? Isso é verbal ou... Eu não tenho mais sangue de barata para escutar isso, meu Deus! Está apelando por quê?

O Sr. Deputado Francisco Küster - Pela ordem, Sr. Presidente!

Tamanho não me assusta!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputado Francisco Küster, a palavra, pela ordem, ainda está com o Deputado Antônio Carlos Vieira. Posteriormente, concedo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - O que eu coloquei, é o que quero saber! Eu também quero me proteger! Eu não sei se o Deputado Francisco Küster, por quem tenho respeito, usou a expressão como filosófica ou como material! Se foi como material, eu a acato, eu a aceito. Agora, eu não estou aqui para receber esse tipo de ameaça, muito pelo contrário!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - É uma briga parlamentar! Verbal, Sr. Presidente!

Eu procuro assistir aos pronunciamentos, mas o que eu vi hoje, é público e notório... Os Srs. Deputados são inteligentes e competentes, como o Deputado Antônio Carlos Vieira, que é um Colega muito inteligente, estudioso, tanto que já vem com o Regimento Interno na mão! Não dá para combater porque o que S.Exa. colocou, a Presidência aceitou de imediato! Foi de inopino, ao pé da letra. O problema é que em determinado momento elegem um para Cristo!

A briga é no falar, no debater! Aliás, aqui vai um registro: lamentavelmente, essa brincadeira de alterar o Regimento Interno castrou este Poder! Não existe mais debate como antigamente. Quem pode debater em dez minutos? O Poder está castrado em função dessas alterações constantes no Regimento Interno! Essas alterações se dão ao humor de quem está aqui e quer ver uma situação favorecendo um determinado relacionamento ou um determinado funcionamento da Casa. É uma pena que não exista mais debate.

Quando o Parlamentar podia, no horário reservado aos Partidos Políticos, usar 30 minutos, ele podia questionar, debater, oferecer aparte e com isso estabelecer o contraditório e clarear mais as idéias aqui no Parlamento. E por isso quero deixar registrado também o inconformismo, de que o Poder Legislativo hoje vive uma situação de impedimento ao debate.

Jamais vou levar para o campo pessoal uma questão. Eu só quis sair em defesa do Deputado Manoel Mota porque hoje ele virou saco de pancadas! Foi isso!

O Sr. Deputado César Cim - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado César Cim.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Sr. Presidente e Srs. Deputados, para amenizar os ânimos, acho que quem saiu perdendo foi o Deputado Manoel Mota, porque imaginem com que força vem, na futura sessão, o Deputado Joares Ponticelli porque o Deputado Manoel Mota falou duas vezes.

Falando sério agora, quero cumprimentar o Deputado Antônio Carlos Vieira pela elegância em não ter interferido enquanto o Deputado Manoel Mota falava. Vamos tirar essa lição do equívoco, isso que é importante. Teria sido muito constrangedor para nós e para o Deputado Manoel Mota. Vamos colher desse episódio o que é bom.

Parabéns, Deputado Antônio Carlos Vieira! Isso, evidentemente, não surpreende, vindo de V.Exa., da pessoa que tem demonstrado ter sido aqui em Plenário.

Queria só fazer esse registro, Sr. Presidente. E de parte de V.Exa. está justificado. Para o Líder do PDT está plenamente justificado o equívoco cometido por V.Exa. Acho que o assunto está superado.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, como Líder do PL, também compreendo. Temos que compreender porque todos os Parlamentares trabalham quase 24 horas por dia, nas bases, no Plenário, em atendimento ao público, em reuniões das Comissões. Todos estão cansados, estressados!

Sr. Presidente, eu tenho uma sugestão. Estão aqui os Líderes César Cim e Pedro Baldissera; os demais estão com compromissos nas bases. Eu sugiro que façamos um acordo de Lideranças. Para que nenhum dos Parlamentares saia perdendo, nas próximas sessões ficaria aberta a outros Parlamentares o uso da palavra.

Sr. Presidente, quando foram cortados os 30 segundos, eu tomei a iniciativa de pedir a assinatura de todos os Líderes para reivindicar a volta dos 30 segundos para conclusão dos nossos pronunciamentos.

Deixo, então, a sugestão no sentido de que numa próxima sessão, quando todos os Líderes estiverem presentes, sejam consultados para que num dia da semana aqueles que se sentem prejudicados possam se manifestar.

Somos uma grande família, e compreendemos que o Deputado Manoel Mota, no momento do debate, teve vontade de continuar falando sobre outros assuntos.

Gostaria de saber a opinião do Deputado César Cim, Líder do PDT, e do Deputado Pedro Baldissera, Líder do PT.

Muito obrigada, Sr. Presidente!

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Paulo Eccel.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, quero só lembrar a este Parlamento e informar ao Deputado Francisco Küster que no ano passado a comissão de revisão do Regimento Interno trabalhou durante vários meses. Ela foi presidida pelo Deputado Celestino Secco e eu fui indicado pela Bancada para compô-la. E todos as Sras. e Srs. Parlamentares tiveram a oportunidade de opinar, de propor e de emendar. Foi debatido à exaustão na Comissão e os Parlamentares puderam fazer a sua modificação.

Então, uso esse espaço para informar que não houve compadrio, não houve nenhuma relação que influenciou, como V.Exa. manifestou anteriormente, de relações de amizade, para privilegiar determinado comportamento.

De minha parte e daquilo que pude perceber, na comissão de revisão do Regimento, não houve isso. Certamente, o que pode ter havido foi desatenção por parte dos gabinetes ou das Sras. e dos Srs. Parlamentares na análise do Regimento.

O Regimento está aí, tem de ser cumprido, e a Mesa tem essa responsabilidade também.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Primeiramente, queria cumprimentar o Deputado Antônio Carlos Vieira pela elegância, frente a uma infração regimental, de esperar para não prejudicar a fala do Deputado Manoel Mota. Essa atitude precisa ser ressaltada.

Gostáramos de dizer que a nossa lei maior diz que a ninguém é permitido alegar desconhecimento de lei, muito menos a um Parlamentar.

A alteração é antiga, e isso serve para o Deputado Manoel Mota, que é Deputado há muito tempo. Acho que cometeu um erro e tem que assumi-lo, sabedor do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o que me traz neste momento a esta tribuna é exatamente o sentimento de perda que a região Oeste do Estado de Santa Catarina manifesta nestes últimos dias. Existe a repercussão de que o curso de Zootecnia, implementado a partir do mês de março deste ano no Município de Chapecó, passa por alguns questionamentos com relação à continuidade naquela cidade, com possibilidade de ser transferido para a cidade de Lages, mostrando, dessa forma, o processo inverso de interiorização da universidade pública. Ao invés de ela ganhar dimensão no interior do nosso Estado, ganha, isso sim, corpo nos grandes centros, e de maneira muito especial no litoral do Estado de Santa Catarina.

Lembro muito bem que em vários momentos, desta tribuna e de outros espaços, houve o debate, a discussão de que a universidade pública deveria estar presente nos lugares mais distantes, mais longínquos, oportunizando aos jovens e pessoas que vivem no interior deste Estado o espaço e a oportunidade de poderem participar. Dessa forma se vêem cortadas as expectativas e a esperança daquelas pessoas do interior do Estado de poderem frequentar a universidade pública.

É o momento em que fazem várias interpretações. E eu, não só como representante da região do Extremo Oeste do Estado, mas como alguém que tem percorrido quase todo o Estado de Santa Catarina, sentando com lideranças, com diferentes movimentos e organizações, não poderia deixar de retratar essa situação e, ao mesmo tempo, justificar a importância de o curso de Zootecnia continuar presente na região Oeste de Santa Catarina.

Digo isso porque são atendidos 80 alunos, dos quais 84% nascidos em solo catarinense, 75% nascidos em Municípios do Oeste do Estado de Santa Catarina e 96% das famílias dos alunos são residentes naquela região. E mais: 80% dos alunos são oriundos da rede de ensino médio público, ou seja, são de famílias que não tinham condições de pagar os estudos para os seus filhos e filhas, demonstrando a gravidade da situação do povo oestino.

A região, embora compreenda apenas 28% do território do Estado, é responsável pela produção de 76% dos suínos, 73% das aves, 44% dos bovinos e 33% dos ovinos catarinenses. E mais, é responsável por 62% do leite, 51% dos ovos de galinha, 31% da produção de peixes e 27% do mel catarinense. Segundo dados, a região Oeste contribui sozinha com 53% do valor bruto da produção animal do Estado de Santa Catarina.

Na região, como é de conhecimento geral, estão localizadas as maiores agroindústrias brasileiras, que processam, beneficiam e transformam a matéria-prima de origem animal, abastecendo não só o mercado nacional como também gerando divisas ao País, através do atendimento a exigentes e importantes mercados internacionais.

Por isso, neste momento, faço a minha interpelação à Reitoria da Udesc, ao Governo do Estado para que se sensibilizem da importância desse curso permanecer na região Oeste do nosso Estado, mais propriamente dito em Chapecó. É a vocação do Oeste de Santa Catarina. E esse curso vai qualificando as pessoas para que aquela região continue a passos largos no seu desenvolvimento e que possa, dessa forma, fazer com que o Estado de Santa Catarina ganhe.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nilson Machado, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TVAL, eu gostaria de convidar todos os senhores para comparecerem, na segunda-feira, à sessão solene. Seria muito importante a presença de todos para com este Deputado e para com o nosso homenageado, o jornalista Cacau (Cláudio Menezes).

Ele que vem fazendo um trabalho há muitos anos em Santa Catarina, através da imprensa, receberá uma merecida homenagem. Ele já homenageou tantas pessoas e já fez duras críticas à classe política, mas sempre com muita razão. Eu vejo o Cacau como um colunista construtivo, como um colunista preparado, com muitos conhecimentos para falar não só da classe política como também de diversos segmentos da nossa sociedade.

Pelo trabalho que Cacau vem desenvolvendo frente à imprensa de Santa Catarina, merecidamente, receberá essa homenagem na próxima segunda-feira, e eu gostaria de convidar todos os Deputados para estarem presentes.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado, eu quero cumprimentar V.Exa. pela honra de poder homenagear o nosso Cacau e dizer que estarei aqui para homenageá-lo porque também tive a oportunidade de vê-lo crescer na sua vida profissional. Já que sou um pouco mais velho, tive a oportunidade de acompanhá-lo desde criança, quando irradiava jogos de futebol na rádio A Verdade, que era de seu pai. Foi o primeiro garoto a irradiar um jogo de futebol.

Eu quero cumprimentar V.Exa. pela ousadia de fazer essa homenagem a um guri ainda, o Cacau, nesta Assembléia Legislativa. Eu quero dizer que segunda-feira estarei aqui para cumprimentar o homenageado e V.Exa.

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Eu gostaria de lembrar, Deputado, que o pai do Cacau, o grande e saudoso Manoel Menezes, passou por esta Casa como um grande Parlamentar, foi cassado injustamente na época, quando não se falava tanto em democracia e ele já era um homem preparado. Acredito que se hoje ele estivesse junto a nós seria um grande Parlamentar e, por que não dizer, o melhor, pelo grande trabalho que fez nesta Casa e junto ao povo de Santa Catarina. Com certeza o Cacau estará aqui na segunda-feira e terá, espiritualmente, a presença do seu pai no nosso Parlamento.

O Sr. Deputado César Cim - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Pois não!

O Sr. Deputado César Cim - Deputado, não bastasse a legitimidade da

iniciativa de V.Exa., para nós, catarinenses, o Cacau é motivo de orgulho e também para mim, que sou Blumenauense e tenho orgulho em ver aqui em Florianópolis a qualidade do Cacau e o que ele tem proporcionado a todos nós.

A referência que V.Exa. fez ao falecido Manoel Menezes realmente é digna de registro pela passagem dele nesta Casa.

V.Exa. está de parabéns pela escolha do homenageado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - O Cacau tem história junto à imprensa de Santa Catarina e homenageando-o, automaticamente estaremos homenageando os demais profissionais da imprensa, que fazem um grande trabalho.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar ainda a respeito da reinauguração do Plenário desta Casa. Houve aqui um pequeno culto ecumênico, quando se pronunciaram o Frei Junípero, a quem foi, merecidamente, concedido o título de "Cidadão Catarinense", a Pastora Deputada Odete de Jesus e o Pastor Deputado Narcizo Parisotto, representando os evangélicos.

Mas eu fui muito cobrado durante a semana pelo fato de um culto ecumênico não contar com a presença de um representante de todo o segmento espírita. Faltou o convite, eu não sei o que houve, mas gostaria de fazer o registro e pedir à Mesa que quando houver um culto ecumênico na Casa seja convidado um representante da religião espírita, seja um umbandista ou um kardecista.

Eu penso que esta Casa, em momentos assim, tem que procurar fazer com que todos os segmentos religiosos estejam presentes. E faltou, realmente, a representação espiritual e eu fui muito cobrado durante a semana. Então, fica aqui o registro e o pedido para que não seja cometida mais essa falha.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que eu estava olhando hoje a coluna de um jornalista da cidade, que comentou que os professores do Instituto Estadual de Educação vão ser punidos pelas faltas nos dias da greve. Só os professores do IEE, porque a diretora daquele estabelecimento resolveu mandar para a Secretaria da Educação a relação de faltas dos professores.

Eu não vou dizer que é injusto, mas acho que precisamos dar uma olhadinha nessa situação, já que vários colégios estaduais participaram da greve. Então, por que somente os professores do IEE é que serão punidos?

Gostaria de fazer um apelo ao Secretário da Educação para que verificasse com carinho essa situação, para que não sejam punidos somente os professores do Instituto Estadual de Educação, já que o que se tinha conhecimento é que as aulas perdidas seriam repostas, conforme acordo com o comando de greve.

No entanto, segundo parece, a diretora do IEE está descumprindo o acordo, a partir do momento em que listou os professores grevistas e mandou fazer o desconto das horas paradas. Faço um apelo, repito, ao Secretário da Educação, para que corrija esse pequeno erro em favor dos professores do Instituto Estadual de Educação.

Eu tenho acompanhado o processo político desde o primeiro turno. Venho acompanhando o debate que estão tentando trazer para esta Casa, as eleições municipais, e acredito que deveria constar do Regimento Interno desta Casa a proibição de manifestação a favor do candidato "a" ou "b", uma vez que a TVAL está atingindo pratica-

mente todo o Estado de Santa Catarina, e pronunciamentos dessa natureza servem de comercial para uma ou outra candidatura.

Então, Sr. Presidente, isso deveria ser realmente proibido e por isso a proibição deveria constar como norma do Regimento Interno, a fim de que ninguém se manifeste a favor de "a" ou "b", porque, afinal de contas, a TVAL é uma emissora da televisão aberta, está no ar e como tal a situação não fica democrática!

Tenho percebido também que, nos últimos dias, têm ocorrido grandes debates nesta Casa, entre Deputados, uns mais eufóricos, outros até agressivos. Mas logo após o primeiro turno, inclusive, como faz parte do processo político desta Casa, as pessoas já estavam de bem, conversando, cumprimentando-se, abraçando-se.

O Deputado Antônio Carlos Vieira, que hoje iniciou a sua fala e foi visto como bravo, como homem que estava sendo muito intolerante com alguns Colegas, terminou a sessão como simpático, terminou a sessão como elegante. Isso faz parte do processo. Mas só que tem horas que realmente parece que passam um pouco dos limites. Daqui a pouquinho vamos pedir ao coral da Assembléia, quando estiver presente, para cantar não só o Hino de Santa Catarina ou outros, para incluir no seu repertório a música "Entre Tapas e Beijos", de Leandro e Leonardo, porque a Casa parece que está meio assim... E isso não é bom. O bom é que esta Casa discuta sem agressividade, mas com divergência.

Gostaria de pedir aos Deputados que continuem o trabalho em favor do povo de Santa Catarina, mas sem agressividade.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Quero fazer um convite aos Srs. Deputados e a quem nos assiste para acompanhar hoje à tarde, a partir das 14h, no Plenário, a aprovação do relatório final da CPI da Casan, presidida por este Deputado, tendo como Relator o Deputado Mauro Mariani e como integrantes o Deputado Antônio Carlos Vieira, o Deputado Pedro Baldissera, o Deputado Joares Ponticelli, o Deputado João Rodrigues e o Deputado Clésio Salvaro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica, de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da sessão ordinária do dia 26 de outubro, próxima terça-feira: Projeto de Emenda Constitucional nº 003/2004; Projetos de Lei nºs: 0257/2004; 0259/2004; 0264/2004; 0265/2004; 0267/2004; 0268/2004; 0319/2004; 0015/2004; 0227/2004; 0229/2004; 0252/2004; 0487/2004; 0087/2004; 0134/2004; 0146/2004; 0211/2004; 0214/2004; 0245/2004; 0228/2004; 0304/2004 e Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2004.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, solene, para a próxima segunda-feira, dia 25 de outubro, às 19h, neste Plenário, em homenagem ao colunista Cacau - Cláudio Menezes.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia onze do mês de agosto do ano de dois mil e quatro, sob a Presidência Interina do senhor Deputado Wilson Vieira, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala das Reuniões número vinte e sete da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registraram presença os Deputados Cezar Cim, João Henrique Blasi e José Paulo Serafim. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente da Comissão colocou em discussão e votação os PLG'S 0040.9/03, 0107.0/04 e 0071.5/04, bem como os PL's 0015.8/04 e 0212.0/04, que tiveram pareceres exarados favoráveis pelo Deputados Cezar Cim, os PLG's 0043.1/04 e 0101.5/04 e o PL 0216.4/04, que tiveram pareceres exarados favoráveis pelo Deputado João Henrique Blasi, que a pedido do Presidente da Reunião relatou os PLG's 0070.4/04 e 0106.0/04, que tiveram pareceres exarados favoráveis pelo Deputado Jorginho Mello, bem como o PL 05118/03, que teve parecer exarado favorável pelo Deputado Lício Mauro da Silveira. Reunião na qual todas matérias foram aprovadas por unanimidade. Não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu, Paulo Roberto Silveira, Secretário Executivo da Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente.

Sala das Reuniões, em 11 de agosto de 2004

Dep. Wilson Vieira

Presidente Interino da Comissão

*** X X X ***

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia vinte do mês de outubro do ano de dois mil e quatro, sob a Presidência do senhor Deputado Wilson Vieira, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registraram presença os Deputados Cezar Cim, João Henrique Blasi, Lício Mauro da Silveira e José Paulo Serafim. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente da Comissão colocou em discussão e votação os PLG'S 0267, 0268.5/04 e 0319.0/04, bem como o PLC 0012.0/04 e o PL 0114.04, que tiveram pareceres exarados favoráveis pelo Deputado João Henrique Blasi. A seguir o Presidente concedeu a palavra ao Deputado Lício Mauro, que solicitou através de ofício aos membros da Comissão, para que em parceria com o Ministério Público fizessem um diagnóstico da entidades vinculadas aos Programas Sócio-Educativos. Após discussão todos os Deputados presentes aprovaram a proposta por unanimidade. Ato contínuo, ainda na pauta da Reunião foi votado o agendamento de uma Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa, que terá como tema a instalação de Delegacias Especializadas em Crimes e Discriminações contra Homossexuais, bem como será também debatida a questão "Brasil Sem Homofobia". Após a discussão os senhores Deputados também aprovaram a proposta por unanimidade. Nesta Reunião estiveram presentes o Deputado Dionei Walter da Silva, que acompanhou a votação do PLC 0012.0/04 e os estudantes de Direito da UNISUL, que acompanharam os trabalhos da Comissão. Ao final dos trabalhos todas os Projetos foram aprovadas por unanimidade. Não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu, Paulo Roberto Silveira, Secretário Executivo da Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente.

Sala das Reuniões, em 20 de outubro de 2004

Dep. Wilson Vieira

Presidente Interino da Comissão

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 113/04

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 592

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Educação e Inovação, que "Concede abono aos servidores ativos ocupantes do cargo de Professor do Quadro do Magistério Público Estadual e aos Professores Admitidos em Caráter Temporário da Secretaria de Estado da Educação e Inovação".

Florianópolis, 15 de outubro de 2004

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado, em exercício

Lido no Expediente

Sessão de 26/10/04

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

E.M. nº 142/GABS/SED

Florianópolis, 15 de outubro de 2004.

Excelentíssimo Senhor

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado, em exercício

Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Submeto à consideração de Vossa Excelência, Medida Provisória que concede abono no valor R\$ 100,00 (cem reais) aos servidores ocupantes do cargo de Professor do Quadro do Magistério Público Estadual e aos Professores Admitidos em Caráter Temporário da Secretaria de Estado da Educação e Inovação.

Esta é mais uma medida que a atual administração está implementando, realizando mais uma das metas expressas no Plano de Governo, que prevê a valorização do magistério público estadual.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, esta Pasta vem adotando diversas ações objetivando a otimização dos seus recursos humanos, resultando na redução de gastos com a folha de pagamento de pessoal, bem como mostrando à sociedade que este Governo realiza uma administração fundamentada na competência, eficácia e inovação.

As medidas referidas, por vezes enérgicas, exigiram sacrifícios da categoria do magistério, sendo que, neste momento, contou-se com a compreensão da classe, pois criou-se a expectativa da obtenção de salários condignos.

Faz-se necessário dar continuidade às ações que buscam o aperfeiçoamento da gestão de pessoal, mas também é imprescindível adotar providências que motivem os profissionais da educação a permanecerem em efetivo exercício de suas funções, concedendo-lhes incentivos financeiros mais substanciais.

Apresento a Vossa Excelência a proposta de concessão de abono, na forma de Medida Provisória, pois hoje comemoramos o **Dia do Professor** e, nada melhor e adequado que festejar esta data homenageando os valorosos e abnegados profissionais da educação.

Cabe lembrar, por oportuno, que quando da reunião realizada com integrantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTE, estabeleceu-se o compromisso deste Governo em conceder o referido abono aos professores, a ser concedido na folha de pagamento do corrente mês, condição esta fundamental para o término do movimento de paralisação deflagrado pelo magistério público estadual.

Pelas razões expostas, submeto à apreciação de Vossa Excelência a Medida Provisória anexa, para que, considerando-a oportuna e conveniente, promova a sua edição e a submeta a consideração da Assembléia Legislativa.

Respeitosamente,

Jacó Anderle

Secretário de Estado da Educação e Inovação

MEDIDA PROVISÓRIA N. 113, de 15 de outubro de 2004

Concede abono aos servidores ativos ocupantes do cargo de Professor do Quadro do Magistério Público Estadual e aos Professores Admitidos em Caráter Temporário da Secretaria de Estado da Educação e Inovação.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica concedido abono de R\$ 100,00 (cem reais) aos servidores ativos ocupantes do cargo de Professor do Quadro do Magistério Público Estadual e aos Professores Admitidos em Caráter Temporário da Secretaria de Estado da Educação e Inovação.

§ 1º O abono será concedido somente para o Professor ou Professor Admitido em Caráter Temporário enquanto permanecer em efetivo exercício em sala de aula.

§ 2º Do valor do abono de que dispõe o *caput* deste artigo serão descontados, proporcionalmente, os dias correspondentes aos afastamentos legais e às faltas ao serviço, excetuando-se o usufruto de férias.

Art. 2º O abono será pago no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) no período de outubro a dezembro de 2004, acrescido de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) em janeiro de 2005 e integralizado a partir de fevereiro de 2005.

Art. 3º O abono de que trata o art. 1º desta Medida Provisória será concedido proporcionalmente ao regime de trabalho, não podendo ser pago de forma cumulativa pelo exercício de mais de um cargo.

§ 1º Em sendo detentor de dois cargos de Professor, o servidor perceberá a gratificação naquele de maior regime de trabalho, observando o disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º Sobre o valor do abono de que trata o art. 1º desta Medida Provisória não incidirá nenhum adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina, bem como não servirá de base de cálculo para as consignações a que estiver sujeito o Professor, exceto a tributação de outra esfera de governo.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Medida Provisória correrão à conta das dotações Orçamentárias do Estado.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2004.

Florianópolis, 15 de outubro de 2004

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado, em exercício

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 559**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em estrita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição Estadual, solicito à essa augusta Casa Legislativa a necessária licença para que o Governador do Estado, senhor Luiz Henrique da Silveira, possa ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 02 e 15 de novembro do corrente ano, com destino à Polônia, à Ucrânia e à França, em missão oficial, conforme a agenda em anexo.

Florianópolis, 19 de outubro de 2004

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado, em exercício

Lido no Expediente

Sessão de 26/10/04

VIAGEM DO GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA À POLÔNIA E UCRÂNIA

Período: 02 a 15 de novembro de 2004

Dia 02 de novembro (terça-feira) - São Paulo - Paris

- 23:55h - São Paulo/Paris pelo voo JJ 8096 (TAM)

Dia 03 de novembro (quarta-feira) - Paris - Varsóvia

- 14:25h - Chegada em Paris
- 16:00h - Paris/Varsóvia pelo voo AF 1046 (Air France)
- 18:15h - Chegada em Varsóvia
- Hospedagem no Hotel Royal Meridien Bristol
- 20:00h - Jantar com o Embaixador Marcelo Jardim

Dia 04 de novembro (quinta-feira) - Varsóvia

- 11:00h - Seminário Santa Catarina/Polônia
- 17:00h - Palestra sobre o Brasil na Universidade de Varsóvia
- 19:00h - Recepção na Embaixada do Brasil

Dia 05 de novembro (sexta-feira) - Varsóvia

- 11:00h - Visita à sede do grupo de danças e canto "Mazowske"
- Encontro com o Governador de Varsóvia
- Encontro no Ministério do Comércio Exterior
- Encontro no Ministério dos Negócios Estrangeiros

Dia 06 de novembro (sábado) - Varsóvia

- Pela manhã: deslocamento para Czestochowa por via terrestre (viagem de 3 horas)
- Visita à cidade de Czestochowa a convite do Prefeito Tadeusz Wrona
- À tarde: deslocamento para Cracóvia por via terrestre (viagem de 1 hora)
- Hospedagem no Hotel Sheraton Cracóvia

Dia 07 de novembro (domingo) - Cracóvia

- Visita a Wieliczka (minas de sal), a 30 km de Cracóvia
- Visita à cidade de Cracóvia

Dia 08 de novembro (segunda-feira) - Cracóvia - Kiev

- Encontro com o Governador da província de Malopolska
- Visita à Universidade de Cracóvia
- 15:15h - Cracóvia/Viena pelo voo OS 598 (Austrian Airlines)
- 16:20h - Chegada em Viena
- 20:15h - Viena/Kiev pelo voo OS 7171 (Austrian Airlines)
- 23:10h - Chegada em Kiev

Dia 09 de novembro (terça-feira) - Kiev

- Encontro com o Embaixador Renato Marques
- Seminário Santa Catarina/Ucrânia na Câmara de Comércio
- Recepção na Embaixada do Brasil

Dia 10 de novembro (quarta-feira) - Kiev

- Encontro no Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Encontro no Ministério do Comércio Exterior
- Encontro no Ministério da Política Industrial
- Jantar com o Governador da província de Rivne

Dia 11 de novembro (quinta-feira) - Kiev - Paris

- Compromisso na Embaixada
- 14:00h - Kiev/Frankfurt pelo voo LH 3237 (Lufthansa)
- 15:50h - Chegada em Frankfurt
- 17:10h - Frankfurt/Paris pelo voo LH 4228 (Lufthansa)
- 18:20h - Chegada em Paris

Dia 12 de novembro (sexta-feira) - Paris

- 12:00h - Almoço com o Embaixador Sérgio Amaral

Dia 13 de novembro (sábado) - Paris

- Programa organizado pela Embaixada

Dia 14 de novembro (domingo) - Paris - São Paulo

- Programa organizado pela Embaixada
- 21:00h - Paris/São Paulo pelo voo JJ 8097 (TAM)

Dia 15 de novembro (segunda-feira) - Paris - São Paulo

- 05:50h - Chegada em São Paulo
- Florianópolis, em 19 de outubro de 2004.

ROBERTO COLIN

Secretário de Estado da Articulação Internacional

*** X X X ***

OFÍCIO

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Florianópolis, em 26 de outubro de 2004

Ofício nº 254/04 CCJ

EDER DE QUADRA SALGADO

Diretor da Divisão de Anais

Nesta

Senhor Diretor,

Comunico a esta Divisão, da realização da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, que realizar-se-á dia 26 de outubro do corrente ano a tarde, logo após o término da Sessão Plenária.

Sendo o que se trata para o momento, despeço-me.

Atenciosamente,

DEPUTADO JULIO GARCIA

Presidente

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 380/04

Declara de Utilidade Pública o "Movimento Centro de Cultura e Autoformação, de Florianópolis.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o "Movimento Centro de Cultura e Autoformação, com sede e foro na cidade de Florianópolis.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2004.

Wilson Vieira - Dentinho

Deputado Estadual - PT

Lido no Expediente

Sessão de 26/10/04

JUSTIFICATIVA

O Movimento Centro de Cultura e Autoformação é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, constituída de pessoas interessadas em trabalhar a alfabetização técnica sob a forma de oficinas numa perspectiva educativa não disciplinar. Estão entre suas finalidades, desenvolver ações que promovam o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos, em particular das pessoas que vivem situações de discriminação e/ou exclusão social em quaisquer níveis. Proporcionar ambientes/opportunidades/espacos em que se possa vivenciar a solidariedade através de construções coletivas norteadas por condições de autonomia, auto gestão e auto-formação. Criar, desenvolver e analisar oficinas, onde arte, percepção, linguagens, ciências, tecnologias e saberes sejam abordados numa perspectiva educacional não disciplinar.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 381/04

Declara de utilidade pública a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

Deputado JOÃO HENRIQUE BLASI

Lido no Expediente

Sessão de 26/10/04

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,
Nos termos do art. 176 e seguintes do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, submeto à elevada apreciação de Vossas Excelências o projeto de lei anexo que declara de utilidade pública a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

A entidade referenciada tem por escopo defender os interesses econômicos e o bem-estar social de seus associados, que realizam a coleta e reciclagem de papéis e outros materiais reaproveitáveis na área central do Município de Florianópolis.

Seguem anexos ao presente projeto, em atenção ao disposto na Lei Estadual nº 10.436, de 1º de julho de 1997, as cópias do texto legislativo que declara a associação de utilidade pública municipal (Lei nº 6.096, de 14 de novembro de 2002), do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da entidade, das atas de sua fundação e de eleição e posse de sua atual diretoria (gestão 2004/2006), de seu Estatuto Social e o relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas nos 12 (doze) meses anteriores à formulação do pedido.

Submeto, pois, senhores Deputados, à elevada apreciação de Vossas Excelências o projeto de lei anexo, elaborado em conformidade com a Constituição da República, a Constituição do Estado, a Lei Estadual nº 10.436, de 1º de julho de 1997 e em atendimento ao interesse público.

Florianópolis,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 382/04

Determina a gratuidade e a obrigatoriedade da realização do Exame do Reflexo Vermelho e dá outras providências.

Art. 1º - É gratuita e obrigatória a realização do exame do Reflexo Vermelho nas crianças de até 1 ano de idade na rede pública ou conveniados com o Sistema Único de Saúde, para o diagnóstico de doenças oculares.

Art. 2º - O Poder Executivo e a Secretaria Estadual de Saúde expedirão as normas regulamentares para implementação da gratuidade e da obrigatoriedade do teste.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de outubro de 2004

Deputado JORGINHO MELLO

Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 26/10/04

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei trata do exame do reflexo vermelho ou popularmente teste do olhinho. Através do teste pode se diagnosticar além de cataratas, doenças oculares como: retinopatia de prematuridade, glaucoma, retinoblastomas, infecções, traumas de parto e até mesmo a cegueira.

Para os bebês prematuros, o teste do Olhinho é obrigatório porque 30% dos bebês que nascem com menos de 40 semanas ainda não têm os vasos sanguíneos da retina formados. A retina é onde se compõe a visão. Quando a retina não está formada, ela dá origem à retinopatia da prematuridade, principal causa da cegueira infantil na América Latina.

Segundo a presidente da Sociedade Brasileira de Oftalmologia Pediátrica, Andréa Vin, de cada cem crianças nascidas, uma tem catarata, que se for cuidada a tempo pode evitar a cegueira.

Ante o exposto, encaminho este projeto para avaliação e conclamo os nobres Deputados a acompanharem minha proposição através de voto favorável.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 383/04

FICA CRIADO O CADASTRO ESTADUAL DE FORAGIDOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Artigo 1º - Fica criado o Cadastro Estadual de Foragidos com a finalidade de informar aos interessados a relação de pessoas que estejam em situação de foragido da justiça.

Parágrafo Único: O cadastro será organizado, mantido e atualizado por órgão estadual da área de segurança e disponibilizado pela "internet".

Artigo 2º - No Cadastro Estadual de Foragidos deverá constar dados pessoais de foragidos da justiça capazes de facilitar a identificação da pessoa, sendo imprescindível nome e retrato.

Artigo 3º - O Cadastro Estadual de Foragidos estabelecerá formas facilitadas de consulta e orientações aos interessados em indicar o paradeiro de algum foragido da justiça.

Parágrafo Único: As indicações de paradeiro serão feitas mantendo-se a identidade do informante em sigilo, se assim for solicitado.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de outubro de 2004

Deputado JORGINHO MELLO

Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 26/10/04

JUSTIFICATIVA

Toda população catarinense é bombardeada diariamente com notícias sobre o crescimento da criminalidade catarinense.

A sociedade não pode ficar inerte diante da demonstração de força e organização que alguns criminosos têm demonstrado.

Os centros urbanos sofrem diariamente com homicídios, assaltos, seqüestros e todas as outras formas de criminalidade. E não raramente são presos miliantes oriundos de cidades diversas a de onde ocorreu a prisão, o que demonstra a itinerância da criminalidade.

Propomos a organização de um Cadastro Estadual de Foragidos para que a nossa polícia tenha à sua disposição informações precisas sobre as pessoas que cometeram delitos e estão em fuga.

Como parâmetro podemos avaliar a região da grande Florianópolis onde o número de homicídios subiu 16,64% em relação ao mesmo período do ano de 2003.

Ante o exposto, encaminho este projeto para avaliação e conclamo os nobres Deputados a acompanharem minha proposição através de voto favorável.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 384/04

CRIA A CERTIDÃO NEGATIVA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - É criada a Certidão Negativa de Violação dos Direitos do Consumidor - CNVDC, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A Certidão de que trata a presente Lei será exigida pelo Poder Público às pessoas jurídicas de direito privado e às de direito público que forem concessionárias ou exploradoras, a qualquer título, de serviços públicos, nos seguintes casos:

I - no ato da inscrição nos processos licitatórios;

II - na assinatura de contratos que tenham como finalidade a compra de produto ou a prestação de serviços de qualquer natureza a ente da administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional;

III - para receber créditos junto à administração pública;

IV - para gozar de benefícios fiscais instituídos por lei e

V - para ter acesso a empréstimos realizados por entidades públicas ou com aval destas.

Art. 3º - A elaboração, a divulgação e a emissão da CNVDC caberá à Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão ou qualquer outra que vier a substituí-la ou encampar suas atribuições, tendo como base os dados referentes aos cadastros por ela elaborados e emitidos, nos termos do art. 44, da Lei Federal nº 8.078/90.

Art. 4º - A certidão, não será emitida nos casos em que o fornecedor de produtos ou serviços conste, junto ao PROCON-SC, dentre as empresas que não tenham prestado atendimento às reclamações.

Art. 5º - A CNVDC terá validade de trinta dias a contar de sua expedição.

Art. 6º - O Poder Executivo, a seu critério, regulamentará a presente Lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de outubro de 2004

Deputado JORGINHO MELLO

Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 26/10/04

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa impedir a participação de empresas, que reconhecidamente lesam o consumidor no exercício de suas práticas comerciais, em licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações.

A proposição em tela procura também evitar que os diversos órgãos da Administração Pública sejam prejudicados quando da efetivação de contratos com empresários, cujo comportamento caracteriza-se por práticas comerciais ilícitas.

O Código de Defesa do Consumidor assim determina:

"Art. 44 - Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão de cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-los pública e anualmente. A divulgação indicará se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor."

Visa, ainda, a presente proposta criar, no âmbito estadual, uma Certidão Negativa de Violação dos Direitos do Consumidor - CNVDC, utilizando-se dos cadastros elaborados e emitidos pela Secretaria de Segurança Pública - PROCOM, objetivando a redução, senão da incidência de reclamações decorrentes da relação de consumo, do descaso verificado pelos órgãos de defesa do consumidor por parte dos fornecedores de produtos e serviços que, em muitos casos, sequer comparecem às audiências marcadas na esfera administrativa.

Quer, ainda, tal proposta equilibrar as relações de consumo dando ao consumidor maior subsídio na escolha do fornecedor de produtos ou serviços.

Ante o exposto, encaminho este projeto para avaliação e conclamo os nobres Deputados a acompanharem minha proposição através de voto favorável.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 385/04

DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS DE INGRESSO NOS CURSOS SEQUENCIAIS E DE GRADUAÇÃO E CRIA A OBRIGATORIEDADE DA CRIAÇÃO DE PROJETOS E "CADEIRAS" QUE PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO CARENTE NA UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC.

Art. 1º - O ingresso de estudantes em cursos sequenciais e de graduação na Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC se dará, além dos critérios fixados pela Lei 9.394/96, da seguinte forma:

I - Exame Seletivo de Conhecimento (ESC), cujos requisitos são estabelecidos pela própria instituição;

II - Exame das condições sócio - econômicas (ECSE) do candidato.

Art. 2º - Os exames serão realizados da seguinte forma:

§ 1º - O exame seletivo de conhecimento terá o valor de 10 (dez) pontos e será organizado de acordo com os requisitos da instituição.

§ 2º - O exame das condições sócio - econômicas terá valor de 10 (dez) pontos assim distribuídos:

a) 3 (três) pontos na comprovação, através de cópia autenticada, de conclusão do ensino médio em escola pública de Santa Catarina;

b) 1 (um) pontos na comprovação, através de cópia autenticada, de conclusão do ensino médio em escola pública de qualquer Estado do País;

c) 4 (quatro) pontos na comprovação do domicílio civil, de, no mínimo, 2 (dois) anos, no Estado de Santa Catarina que deve se dar com cópia autenticada, de fatura de serviço público, referente à água, luz, telefone fixo ou de cobrança de Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, em nome do requerente, de seu cônjuge, de seu ascendente ou parente em até segundo grau e a apresentação do Título Eleitoral com registro em município catarinense;

d) 2 (dois) pontos na comprovação de renda *per capita* não superior a 3 (três) salários mínimos.

§ 3º - O candidato que apresentar documentação falsa ou adulterada ou que de qualquer maneira tente burlar o que determina o art. 3º da presente lei sofrerá as sanções penais cabíveis.

§ 4º - Para compor a média final utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$MF = \frac{ESC + ECSE}{2}$

sendo MF - média final, ESC - exame seletivo de conhecimento e ECSE exame das condições sócio - econômicas.

Art. 3º - Ficam preservados os critérios do Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM e do Sistema Nacional de Ensino Médio - SAEM para ingresso na Universidade do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC, na proporção estabelecida pela legislação vigente.

Art. 4º - O ingresso por transferência ou outras formas previstas fica condicionado à norma legal vigente.

Art. 5º - O ingresso de estudantes para os cursos de pós - graduação na UDESC, obedecerão aos requisitos internos da instituição.

Art. 6º - A UDESC criará em todos os cursos sequenciais e de graduação programas sociais ou cadeiras em que o acadêmico preste atendimento gratuito à comunidade comprovadamente carente.

Parágrafo Único: O Conselho Universitário regulamentará os programas e as cadeiras definidas no caput deste artigo.

Art. 7º - O Poder Executivo terá 90 (noventa) dias para regulamentar o disposto nesta Lei.

Art. 8º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de outubro de 2004

Deputado JORGINHO MELLO
Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente
Sessão de 26/10/04

JUSTIFICATIVA

O sociólogo português Boaventura de Souza Santos afirma que "numa sociedade desencantada, o reencantamento da universidade pode ser uma das vias para simbolizar o futuro".

Dai a importância de ter a Educação, em especial a universidade, no centro de um projeto de desenvolvimento econômico e social. Historicamente, a Educação Superior brasileira nasceu perversa, porque privilegiou o ensino básico público para as populações carentes e a Educação Superior pública destinada às camadas economicamente mais abastadas. Não há necessidade de mostrar muitos dados para concluir que a Educação Superior pública, no Brasil, é *excludente*.

Infelizmente, o Brasil é detentor de índices mais baixos de Educação Superior, se comparados com diversos países do mundo. Embora os cursos de graduação cresceram mais de 100% nos últimos 5 anos, dados do Ministério da Educação (MEC/INEP, Censo 2002) mostram que mais de 70% dos 3.479.913 estudantes matriculados na Educação Superior estão nas instituições privadas.

De acordo com Secretário de ensino superior, Carlos Antunes, o crescimento na Educação Superior nos últimos anos, ocorreu sem os padrões de qualidade desejada. Foi uma expansão privada que se esgota, pois está condicionada à renda da população. Nas regiões mais pobres, que mais precisam, não houve aumento do acesso à Educação Superior, especialmente, relacionada ao ensino gratuito. Para ele, a política atual do ministério é voltada para a expansão com qualidade e inclusão social, visando uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico do País. Lembrou que apenas 9 da população de 18 a 24 anos está matriculada no ensino superior, enquanto em países como Bolívia, Chile e Colômbia, esse índice ultrapassa a 20%. O Plano Nacional de Educação projeta em 30% o índice da população de 14 a 24 anos na Educação Superior. Os países desenvolvidos aplicam muitos recursos na Educação Superior como forma de proporcionar produção de conhecimento, pesquisa e desenvolvimento.

Os Estados Unidos da América, por exemplo, possuem mais de três mil universidades, enquanto o Brasil tem um pouco mais de cento e vinte universidades, muitas delas caindo aos pedaços. Além delas, um número grande de instituições isoladas, interessadas apenas e lucros. Nos países desenvolvidos, estão na universidade de 36% a 60% da população da faixa etária de 18 a 24 anos, o que representa algo entre 5 a 8% da população total, enquanto no Brasil, esse percentual é de 1,82% da população total.

Para aproximar-se dos índices dos países desenvolvidos, o Brasil precisa fazer um grande esforço, decidindo por apoiar uma universidade comunitária e reduzir as desigualdades. Para atender à demanda projetada, devem ser abertas aproximadamente um milhão de vagas nos próximos anos, com acelerado processo de interiorização do ensino superior. Entretanto, não é preciso fazer grande esforço para perceber que, a cada dia mais, é a população mais economicamente carente que precisa ingressar na Educação Superior. Como proporcionar acesso e permanência dos jovens no ensino superior se não há condições desse carente ingressar na universidade pública? O ensino superior brasileiro é perverso e injusto. Os

atuais critérios de ingresso não permitem que os jovens que cursam a escola pública tenham condições de ingressar na universidade pública. Em Santa Catarina, esses dados não são diferentes. As Instituições ligadas a ACAPE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais) que, embora públicas se mantêm com a cobrança de mensalidades, possuem, juntas, 183.000 estudantes, isto é, mais de 75% dos estudantes de nível superior no Estado. As duas universidades: UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e UDESC (Universidade Estadual de Santa Catarina) atendem um percentual ínfimo de estudantes economicamente carentes. A UDESC, que se matem, preponderantemente, com os recursos dos catarinenses, atende um percentual pequeno de catarinenses, sendo grande porcentagem dos estudantes, de outros estados da federação.

Para fazer frente às exigências futuras, além de mudar os seus mecanismos de gestão, precisa-se eliminar distorções que promovem injustiças e fortalecer um novo discurso e uma nova prática que orientará os objetivos do ensino superior público. As injustiças residem na destinação dos recursos públicos, nas finalidades e, sobretudo, no atendimento à população mais carente. Além disso, persistem o corporativismo e os discursos contra a qualidade, o academicismo improdutivo e outros ranços. Como afirma Trindade (1999, p. 43): *Na maioria das universidades públicas, a associação entre ensino e pesquisa não passaria de uma bandeira ideológica para encobrir privilégios de emprego e remuneração, sem contrapartida acadêmica.*

Dos que ingressam, 62,4% concluem o curso de graduação. O desperdício é de 27,6%, estando a sobra de vagas, em geral, nos cursos relacionadas à área de Humanas e Sociais. Esses índices, contudo, alteram-se quando analisados por região. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE (2003) em documento intitulado "Educação superior na Região Sul do Brasil: uma análise da evolução recente, da situação atual e perspectivas do setor" mostra que o número de matrículas no ensino superior cresceu 62,2% no Brasil e 77,9% na Região Sul. O número de matrículas no setor privado cresceu 158% no país e 86,2% na Região Sul. Por Estado, o crescimento foi de 65,4% no Rio Grande do Sul, 111,5% em Santa Catarina e 77,3% no Paraná. O número de Instituições de Ensino Superior aumentou, no Brasil, entre os anos 1994 a 2000 em 46% no total, e desse 73,1 são privadas. O número de vagas também cresceu em 11,8% no Brasil e 11,6% na Região Sul. Os Estados do Sul apresentam um índice de escolarização superior à média nacional, porém inferior ao das regiões de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal.

Santa Catarina necessita, para seu desenvolvimento, fazer um grande esforço para estabelecer um programa que contemple a possibilidade do estudante economicamente carente ingressar na universidade pública, bem como implantar um grande projeto de acesso e permanência na Educação Superior, de estudantes carentes. Já existem algumas iniciativas, como a dos recursos definidos pela Lei Complementar 180/99 que regulamentou o art. 170 da Constituição Estadual, do Programa de Educação para o Desenvolvimento Regional no Oeste de Santa Catarina. Mas isso não é suficiente. É preciso transformar a UDESC em instituição com a missão do desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, como seu nome afirma.

Assim sendo, e utilizando-se das prerrogativas do princípio federativo e da autonomia que a Constituição da República Federativa do Brasil, art. 24, IX dá ao Estado-membro para legislar, concorrentemente, sobre Educação, bem como consoante as atribuições que a Lei 9.394/97, art. 10, I que atribui ao Estado-membro a tarefa de *organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino*, além de valer-se das prerrogativas definidas no artigo 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, acima citada, que permite às instituições e os respectivos sistemas estaduais definir formas de ingresso na Educação Superior, o Estado de Santa Catarina necessita dar oportunidades aos catarinenses mais carentes a acessar e a permanecer no ensino superior, através de sua universidade pública, como forma de proporcionar o desenvolvimento social.

A Constituição do Estado de Santa Catarina, art. 161, parágrafo único, reza: *A educação prestada pelo Estado atenderá à formação humanística, cultural, técnica e científica da população catarinense.* A UDESC não vem atendendo esse preceito constitucional, pois grande parte de seus estudantes não são catarinenses. Por sua vez, o Estado de Santa Catarina, usando da autonomia do princípio federativo, disciplinou seu sistema de ensino através da Lei Complementar 170/1998, que em seu artigo 55 estabelece o processo seletivo para ingresso nas instituições de Educação Superior do sistema estadual de ensino.

Há necessidade, portanto, de voltar a UDESC para atender as camadas mais carentes da sociedade catarinense, buscando regulamentar o sistema de ingresso nos cursos de graduação e sequenciais da citada universidade. Os critérios e procedimentos propostos não privam nenhum cidadão brasileiro de participar do processo seletivo, nem agridem o princípio constitucional da igualdade de oportunidades.

Ainda, o investimento que o Estado faz no acadêmico deve, de alguma forma, retornar ao contribuinte/sociedade. Assim, urge que a Universidade viabilize uma forma de que o acadêmico, através dos conhecimentos científicos adquiridos durante a formação superior, possa prestar um atendimento à comunidade comprovadamente carente. Ou seja, através de "cadeiras" que devem ser incorporadas ao currículo do curso ou de projetos sociais que serão fiscalizados pela UDESC.

Ante o exposto, encaminho este projeto para avaliação e conclamo os nobres Deputados a acompanharem minha proposição através de voto favorável.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 386/04

ASSEGURA A GRATUIDADE NA EMISSÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE ÀQUELES QUE, EM DECORRÊNCIA DE HAVEREM SE ALFABETIZADO, SOLICITAREM SEGUNDA VIA.

Art. 1º - Fica assegurada a gratuidade na emissão da carteira de identidade àqueles que, em decorrência de haverem se alfabetizado, solicitarem a segunda via.

Art. 2º - O Poder Executivo terá 90 (noventa) dias para regulamentar o disposto nesta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de outubro de 2004

Deputado JORGINHO MELLO
Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente
Sessão de 26/10/04

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto tem como objetivo garantir ao cidadão que se alfabetiza depois de ter tirado a 1ª via da Carteira de Identidade a gratuidade na solicitação da 2ª via do mesmo documento.

Primeiramente como uma espécie de congratulação pela alfabetização. E, a posteriori, como a garantia de um direito onde o estado Democrático de Direito, declarado constitucionalmente, exige a identificação de todos os Cidadãos, fazendo com que o interesse público seja maior que o da pessoa.

Ante o exposto, encaminho este projeto para avaliação e conclamo os nobres Deputados a acompanharem minha proposição através de voto favorável.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 387/04

REGULAMENTA O USO E FABRICAÇÃO DAS CERCAS ELÉTRICAS.

Art. 1º. A partir da vigência desta Lei, todas as cercas destinadas à proteção de perímetros (edificações ou terrenos) e dotadas de tensão elétrica serão classificadas como energizadas, ficando incluídas na mesma legislação cercas que utilizem outro nome, tais como eletrônicas, elétricas, eletrificadas ou de outro nome similar.

Art. 2º. As empresas e pessoas físicas que se dediquem à fabricação, projeto, instalação e manutenção de cercas energizadas deverão possuir registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - (CREA).

Parágrafo único: A instalação e a manutenção deverão ter como responsável um engenheiro eletricista na condição de responsável técnico.

Art. 3º. Será obrigatória, em todas as instalações de cercas energizadas, a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).

Art. 4º. O Executivo Municipal, por meio do órgão competente, procederá à fiscalização das instalações de cercas energizadas no Município.

Art. 5º. As cercas energizadas deverão obedecer, na ausência de Normas Técnicas Brasileiras - (ABNT), às normas técnicas editadas pela Internacional Electrotechnical Commission - (IEC) que regem a matéria.

Parágrafo único: A obediência às Normas Técnicas de que trata este artigo deverá ser objeto de declaração expressa do técnico responsável pela instalação e/ou manutenção, que responderá por eventuais informações inverídicas.

Art. 6º. A intensidade da tensão elétrica que percorre os fios condutores de cerca energizada não poderá matar nem ocasionar nenhum efeito patofisiológico perigoso a qualquer pessoa que porventura venha a tocar nela, de acordo com a Norma NBR (estabelecimento de segurança aos efeitos da corrente elétrica no corpo humano) da ABNT.

Art. 7º. A resistência do material dos fios energizados deve permitir a sua ruptura por alicate do Corpo de Bombeiros.

Art. 8º. É proibida a instalação de cercas energizadas a menos de três metros dos recipientes de gás liquefeito de petróleo, conforme NBR 13523 (Central Predial de GLP - Gás Liquefeito de Petróleo) da ABNT.

Art. 9º. Os isoladores utilizados no sistema devem ser fabricados com material de alta durabilidade não-hidroscópicos e com capacidade de isolamento mínima de dez quilowatts.

Parágrafo único: Mesmo na hipótese de utilização de estrutura de apoio ou suporte dos arames de cerca energizada fabricada em material isolante é obrigatória a utilização de isoladores com as características exigidas no "caput" deste artigo.

Art. 10. É obrigatória a instalação de placas de advertência a cada quatro metros no lado da via pública e a cada dez metros nos demais lados da cerca energizada.

§ 1º. Deverão ser colocadas placas de advertência nos portões e/ou portas de acesso existentes ao longo da cerca e em cada mudança de sua direção.

§ 2º. As placas de advertência de que trata o "caput" deste artigo deverão possuir dimensões mínimas de dez centímetros por vinte centímetros e ter seu texto e símbolos voltados para ambos os lados da cerca energizada.

§ 3º. A cor do fundo das placas de advertência deverá ser amarela.

§ 4º. O texto mínimo das placas de advertência deverá ser: "Cuidado, cerca elétrica!".

§ 5º. As letras mencionadas no parágrafo anterior deverão ser de cor preta e ter as dimensões mínimas de:

I- dois centímetros de altura;

II- meio centímetro de espessura.

§ 6º. É obrigatória a inserção, na mesma placa de advertência, de símbolo que possibilite, sem margem de dúvidas, a interpretação de um sistema dotado de energia elétrica que pode provocar choque.

§ 7º. Os símbolos mencionados no parágrafo anterior deverão ser de cor preta.

Art. 11. Os arames utilizados para a condução da corrente elétrica na cerca energizada deverão ser do tipo liso, vedada a utilização de arames farpados ou similares.

Art. 12. Sempre que a cerca energizada for instalada na parte superior de muros, grades, telas ou outras estruturas similares, a altura mínima do primeiro fio energizado deverá ser de dois metros e meio em relação ao nível do solo da parte externa do perímetro cercado se na vertical, ou dois metros e vinte centímetros do primeiro fio em relação ao solo se instalada inclinada em 45 graus para dentro do perímetro.

Art. 13. Sempre que a cerca possuir fios de arame energizado desde o nível do solo, estes deverão ser separados da parte externa do imóvel e cercados por estruturas (telas, muros, grades ou similares).

Parágrafo único: O espaçamento horizontal entre os arames energizados e outras estruturas deverá situar-se na faixa de dez a vinte centímetros ou corresponder a espaços superiores a um metro.

Art. 14. Sempre que a cerca energizada estiver instalada em linhas divisórias de imóveis, deverá haver a concordância expressa dos proprietários destes com relação à referida instalação.

Parágrafo único: Na hipótese de haver recusa, por parte dos proprietários dos imóveis vizinhos, na instalação do sistema de cerca energizada em linha divisória, aquela só poderá ser instalada com ângulo de 45 graus máximo de inclinação para dentro do imóvel beneficiado.

Art. 15. A empresa ou o técnico instalador, sempre que solicitados pela fiscalização do Município, deverão comprovar, por ocasião da instalação as características técnicas da cerca instalada.

Parágrafo único: Para os efeitos de fiscalização, estas características técnicas deverão estar de acordo com os parâmetros fixados no artigo 6º desta Lei.

Art. 16. Os elementos que compõe as cercas energizadas (eletroficador, fio, isolador, haste de fixação e outros similares) só poderão ser comercializados e/ou instalados no âmbito do Estado de Santa Catarina se possuírem certificado em organismo de certificação e produto credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Sala das Sessões, em de outubro de 2004

Deputado JORGINHO MELLO
Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente
Sessão de 26/10/04

JUSTIFICATIVA

Os índices de violência crescem vertiginosamente e o cidadão de bem busca por dispositivos que garantam sua segurança ou, ao menos, coíba a violência contra si, sua família e seus bens.

Assim, se vê a proliferação de cercas elétricas em residências, comércio e indústrias tanto do meio urbano como rural. Contudo, esse tipo de equipamento, se mal instalado, pode representar um risco para a população. Além disso, se um acidente acontece envolvendo as cercas elétricas não regulamentadas o proprietário não poderá alegar o exercício regular de um direito, pois estará dando mais valor a sua propriedade particular do que a vida alheia.

Destarte, o presente Projeto de Lei tem como escopo a regulamentação das cercas elétricas.

Ante o exposto, encaminho este projeto para avaliação e conclamo os nobres Deputados a acompanharem minha proposição através de voto favorável.

*** X X X ***